

COLEÇÃO
HISTÓRIA DOS
POVOS
INDÍGENAS NO
ESPÍRITO SANTO
VOLUME 4

JULIO BENTIVOGLIO (ORG.)

Os Krenak

SEGUIDO DE:
OS BOTOCCUDO DO SUL DO BRASIL DE GUSTAV VON KOENIGSWALD



EDITORA MILFONTES



**HISTÓRIA DOS
POVOS INDÍGENAS NO
ESPÍRITO SANTO**

Os Krenak



Copyright © 2019, Julio Bentivoglio (org.).

Copyright © 2019, Editora Milfontes.

Av. Adalberto Simão Nader, 1065 - 302, República, Vitória - ES, 29.070-053.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

Distribuição nacional em: www.amazon.com.br

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU)
- Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP)
- Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS)
- Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG)
- Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS)
- Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto)
- Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP)
- Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)
- Prof^a. Dr^a. Helena Miranda Mollo (UFOP)
- Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES)
- Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES)
- Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS)
- Prof^a. Dr^a. Karina Anhezini (UNESP - França)
- Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Nader (UFES)
- Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP)
- Prof^a. Dr^a. Rebeca Gontijo (UFRRJ)
- Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR)
- Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP)
- Prof. Dr. Valdei Lopes de Araújo (UFOP)
- Prof^a. Dr^a Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires)

JULIO BENTIVOGLIO

(Organizador)

**HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS
NO ESPÍRITO SANTO
*Os KRENAK***

Volume 4

Seguido de:

Os Botocudos do Sul do Brasil de Gustav von Koenigswald (1908)



EDITORA MILFONTES

Vitória, 2019

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

Julio Bentivoglio

Capa

Imagem da capa:

Cocar Krenak

Bruno César Nascimento - *Aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Cristhian Fontana Mattiuzzi

Impressão e Acabamento

GM Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História dos povos indígenas no Espírito Santo. Volume 4: os Krenak /
Julio Bentivoglio (organizador).
Vitória: Editora Milfontes, 2019.
126 p.: 20 cm.: il.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-94353-81-8

1. História dos índios 2. Espírito Santo 3. Antropologia 4. Krenak
H673 I. BENTIVOGLIO, Julio Cesar.

CDD 981.0072

SUMÁRIO

Apresentação deste volume	9
O lugar dos índios no passado capixaba	11
<i>Rafael Cerqueira do Nascimento</i>	
Os Krenak: do Espírito Santo à margem esquerda do Rio Doce ..39	
<i>Rossana Britto & Brunna Terra</i>	
Os Botocudos no Vale do Rio Doce: o estado da violência e a luta pela terra	59
<i>Rogério Costa dos Reis</i>	
Breve notícia biográfica sobre Gustav Adelbert von Koenigswald (1863-1911)	93
<i>Marcelo Durão Rodrigues da Cunha & Júlio Bentivoglio</i>	
Os Botocudos do Sul do Brasil	101
<i>Gustav von Koenigswald</i>	
Os Autores.....	125

APRESENTAÇÃO DESTE VOLUME

Este livro é o quarto volume da coleção *História dos povos indígenas do Espírito Santo* e nele reencontro um velho conhecido: o povo Krenak dos índios também chamados de *Botocudos*, que habitam as terras do vale do Rio Doce. Quando cheguei ao Espírito Santo em meados de 2008 eu trazia um projeto de tradução de autores alemães para a língua portuguesa. Inicialmente me interessaram historiadores prussianos do século XIX. Em seguida dediquei-me a localizar alguns antropólogos que haviam pesquisado e escrito sobre povos indígenas que habitavam o atual território capixaba. Foi quando encontrei descrições e histórias apaixonantes sobre os Botocudo tanto nos escritos de Teresa da Baviera quanto nos de Paul Ehrenreich. Estes dois trabalhos foram publicados na Coleção Canaã do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Os Botocudo, termo um tanto pejorativo que ressalta o uso dos botoques no queixo e também nas orelhas, são na verdade, como muitos deles se autointitulam atualmente: Krenak. Trata-se de um povo muito singular para os antropólogos estrangeiros do século XIX e início do século XX, descrito como talvez um dos mais agressivos e ameaçadores, visto possuírem o costume de comer carne humana. Pelo menos conforme relatavam colonos e viajantes estrangeiros que haviam passado pelo Espírito Santo no início do século XIX. Na verdade, o canibalismo existia mesmo entre povos tupis, mas, a memória do colonizador fixou

esse traço, não sem algum denodo, procurando inculzir-lhe um nível de primitivismo ou barbárie radical, haja vista a intensa resistência dos Krenak em se submeterem à cultura de portugueses ou de colonos, lutando contra a ocupação de suas terras. Paul Ehrenreich, por exemplo, chega a dizer que era um povo que ainda vivia como se estivesse na idade da pedra lascada, por conta do que imaginava ser sua pouca sofisticação técnica. O fato é que essa leitura deformadora era difundida pelo homem branco que, de modo cruel, assim se referia aos Krenak por conta das intensas guerras e disputas havidas desde a chegada dos portugueses a estas terras. Se podemos mesmo, efetivamente, falar em resistência ou afirmação da cultura indígena, os Krenak seriam um povo que se destaca, afinal, desde 1500, defendem sua terra, sua cultura e sua história em terras espiritosantenses.

Nesta obra os leitores encontrarão estudos que enriquecem ainda mais o conhecimento que temos acerca dos Krenak, feitos por pesquisadores que têm se dedicado a compreendê-los no passado e no presente. O livro abre com um ensaio do professor Rafael Cerqueira do Nascimento, seguido do estudo de Rossana Britto e Brunna Terra, depois por uma fascinante análise de Rogério Costa dos Reis sobre as tensões envolvendo a história daquele povo. Por fim publicamos uma tradução inédita em português de um texto sobre os Botocudo escrito por Gustav von Koenigswald, de 1908, precedida de uma biografia deste antropólogo dinamarquês, cuja história é pouco conhecida redigida por Marcelo Durão e este organizador.

Vitória, novembro de 2019

Julio Bentivoglio

O LUGAR DOS ÍNDIOS NO PASSADO CAPIXABA

Rafael Cerqueira do Nascimento¹

A historiografia brasileira nas últimas décadas ampliou os estudos acerca dos índios em diversos momentos da história do Brasil. O reconhecimento da temática indígena, inclusive, se insere na própria reflexão sobre a (re)escrita da história, no que tange a mudanças de paradigmas e a inserção de sujeitos históricos antes marginalizados por determinadas narrativas. A eliminação de preconceitos e estereótipos, de visões idealizadas e anacrônicas, a busca pelo papel ativo e autônomo dos índios e a superação de representações indígenas associadas ao passado colonial são objetivos que a historiografia vem conquistando com a mudança na perspectiva de abordagem da participação indígena na história brasileira.

A redefinição de lugares e a desconstrução de imagens cristalizadas sobre os índios na memória histórica são desafios que perpassam a escrita da história. Em especial, a historiografia capixaba reservou papéis bem específicos dentro das narrativas históricas e consolidou representações dos índios em função de determinados paradigmas historiográficos, estabelecendo diferentes relações com o passado dessas populações. Por um lado, os grupos indígenas foram representados em função da narrativa histórica da superação do atraso.² Nessa perspectiva, suas experiências pretéritas foram interpretadas em função do progressivo desenvolvimento local, evidenciando uma classificação dicotômica que reduzia os índios em *inimigos* ou *aliados* e os associavam ao atraso do Espírito Santo. Por outro

1 Doutor em História pelo PPGHIS-UFES. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes – Campus Guarapari.

2 Cf. NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

lado, uma produção historiográfica ao longo dos últimos anos passou a resgatar a memória desses grupos. A partir do reconhecimento do passado indígena, essas novas narrativas, em uma perspectiva crítica, passaram a desconstruir imagens e estereótipos, compreendendo os indígenas como sujeitos autônomos, sua trajetória e dinamismo social e cultural.

Uma historiografia comprometida com a revisão das narrativas sobre os indígenas tem como obstáculo primordial a força de determinadas representações na sociedade, fruto de uma condição histórica, no passado e no presente. A invisibilidade e o desconhecimento em torno de suas experiências é uma realidade enfrentada pelos grupos indígenas no Brasil. Mesmo que os meios de comunicação guardem algum interesse sobre a temática indígena, o que se apresenta cotidianamente sobre esses grupos ainda é superficial, descontínuo e muitas vezes apresentam visões deturpadas, “sem nenhuma densidade cultural ou histórica específica”.³

O reconhecimento da *ausência* dos indígenas na sociedade é resultado de um fenômeno de longo prazo que envolve, também, a permanência de uma imagem estereotipada e preconceituosa. Esses traços estão presentes na historiografia brasileira desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB):

se considerarmos que, no Brasil, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, até meados do século XX predominou uma perspectiva tradicional que considerava as sociedades indígenas como inferiores e destituídas de história, e que a superação dessa tendência só veio com a interpretação

3 RICARDO, Carlos Alberto. “Os índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. *In.*: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus.** 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC/UNESCO, 2004, p. 31.

marxista a partir da década de 1960 (na qual o ‘apagamento’ da história indígena fo tão grande quanto), constata-se, não sem admiração, a ausência historiográfica do indígena em praticamente toda a história do Brasil.⁴

Diante disso, Vânia Moreira considera que a condição social na qual se encontram comunidades indígenas no Brasil se vincula, de alguma forma, com sua ausência também na história. Isso é característico do que ela denominou de “ciclo vicioso” que envolve a condição dos índios na sociedade brasileira e como ela se encontra, também, na historiografia. Segundo Moreira, a historiografia é produzida em determinados contextos, por isso, se o ambiente social é caracterizado pela pouca visibilidade social do índio, as obras que correspondem à produção histórica dessa sociedade podem ser marcadas pela quase ausência da temática indígena.⁵

Estereótipos e invisibilidades históricas são marcas da condição indígena também na historiografia capixaba. Desse modo, antes de evidenciar novas abordagens em torno da temática indígena na história do Espírito Santo, é preciso compreender que tipo de narrativa elas combatem e buscam superar. Em relação à história do Espírito Santo, a narrativa histórica mestra que orienta a interpretação sobre o passado capixaba desde a metade do século XX demarcou um perfil bem específico dos indígenas, pois, quando não foram simplesmente apagados, emergiram nas narrativas com uma imagem negativa, alvos de atributos depreciativos, e sua lembrança esteve associada a eventos e circunstâncias consideradas prejudiciais para o desenvolvimento da sociedade espiritosantense.

4 PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 1, p. 154, 2009.

5 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. **Dimensões**, Vitória, n. 13, p. 269, 2001.

Entre as décadas de 1950 e 1970, em consonância com o projeto de desenvolvimento via industrialização que se implementava, emergiu no Espírito Santo uma produção histórica que denominamos de narrativa histórica da superação do atraso. Autores como José Teixeira de Oliveira, Maria Stella de Novais e Neida Lúcia Moraes elaboraram narrativas históricas que consolidaram uma determinada forma de narrar e qualificar o Espírito Santo.⁶ Orientada pelo paradigma do progressivo desenvolvimento do Estado, essa narrativa elaborou um enredo para a história capixaba no qual definiu lugares para períodos, acontecimentos e sujeitos históricos que foram classificados em função do valor que tinham para o desenvolvimento do Espírito Santo. Nesse sentido, o período colonial foi definido como o da instituição do atraso na história capixaba, condição que só seria superada com o advento da República e, em especial, com a implementação dos projetos de industrialização.⁷

Nessa trajetória capixaba, o sentido da superação elencou diferentes acontecimentos e sujeitos como obstáculos para o desenvolvimento capixaba. Associados ao período colonial e seu atraso, os indígenas emergiram nessa narrativa histórica como um dos principais empecilhos a serem vencidos. Seguindo a lógica interpretativa *atraso* versus *progresso* para interpretar o passado local, a narrativa histórica da superação do atraso classificou e distinguiu os sujeitos históricos entre *aliados* e *inimigos* do progresso. Desse modo, os indígenas foram representados como barreira, inimigos

6 Cf. OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975; NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964; MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1971.

7 NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso...** *Op. cit.*, p. 53-65.

selvagens, caracterizados pela hostilidade, ferocidade e ataques que impediam a expansão da colonização em solo espiritossantense. Na narrativa histórica da superação do atraso, o período colonial determinou o atraso histórico do Espírito Santo e os indígenas tiveram papel fundamental.⁸

Desse modo, uma narrativa histórica que determinou o sentido do passado capixaba pela perspectiva da superação, delegou ao passado colonial o lugar dos indígenas. Nessa narrativa, os séculos XIX e XX marcam o progressivo desenvolvimento do Espírito Santo. Sujeitos históricos, fatos e circunstâncias selecionadas para o roteiro histórico da superação do atraso não correspondem mais aos índios. A eliminação dos entraves coloniais repercutiu no lugar reservado a eles. Um vazio e silenciamento da história indígena ocorrem e, enfim, não se encontra referência sobre as lutas, dinâmica e experiências diversas realizadas por eles a partir do século XIX na trajetória histórica local. A superação do atraso histórico foi, também, a superação/eliminação dos índios na história capixaba.

Por outro lado, a produção acadêmica recente sobre a história do Espírito Santo, sob uma nova perspectiva de leitura do passado e do fazer historiográfico, passou a problematizar e relativizar um modelo de interpretação histórica estabelecido, uma historiografia crítica cujo propósito que tem como proposta desestruturar narrativas mestras e destruir conceitos-chave, categorias e símbolos instituídos.⁹ Uma nova formatação historiográfica que contribuiu para a modificação acerca da interpretação e da abordagem sobre o passado indígena.

8 NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso...** *Op. cit.*, p. 65-79.

9 RÜSEN, Jörn. **História viva.** Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007, p. 56.

Esses estudos são caracterizados não só pelas modificações na escrita da história, mas surgem sob uma perspectiva crítica e reivindicativa em relação ao papel desses sujeitos no passado e no presente. Ela passou a exercer um importante papel no embate aos efeitos negativos da memória sobre determinados sujeitos da história, em especial, os indígenas. Segundo Dosse, a história pode possuir uma função terapêutica, pois, como lugar do conflito de interpretações, ela tem o potencial de se abrir para a memória do outro, trazendo novos relatos, e questionando o que estava cristalizado.¹⁰ Nesse sentido, o resgate do passado indígena emergiu de novos questionamentos que permitiram o surgimento de narrativas que incorporam os sujeitos excluídos pela narrativa oficial.¹¹

Essa nova configuração historiográfica tem redefinido a marginalização histórica dos indígenas, sobretudo, possibilitando uma transformação na maneira de se compreender a sua presença como atores históricos:

de vítimas passivas ou selvagens rebeldes que, uma vez vencidos, não movimentavam a história, diferentes grupos étnicos da América passam, a partir dessas pesquisas, a figurar como agentes sociais que, diante da violência, não se limitaram ao imobilismo ou à rebeldia. Impulsionados por interesses próprios e visando à sobrevivência diante das mais variadas situações caóticas e destruturadoras, movimentaram-se em diferentes direções, buscando múltiplas estratégias que incluíam rearticulações culturais e identitárias continuamente transformadas na interação com outros grupos étnicos e sociais.¹²

10 DOSSE, F. **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate dos sentidos. São Paulo: UNESP, 2001, p. 68.

11 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia... *Op. cit.*, p. 272.

12 Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Apresentação. **Tempo**, v. 12, n. 23, 2007.

É a partir dessas características que se configura a imagem do indígena como sujeito na historiografia espiritosantense. Direcionando sua crítica às interpretações tradicionais acerca dos indígenas, essa perspectiva focaliza a complexa teia de situações e relações estabelecidas na experiência vivenciada pelos diferentes grupos indígenas no contato com outras sociedades. A temática indígena relativa ao Espírito Santo tem deslocado o sentido das narrativas históricas para perspectivas que compreendem os diferentes grupos indígenas como agentes históricos autônomos, agindo sempre em função de seus interesses, tanto reagindo ao processo de colonização ou integrados à dinâmica social.

Avaliando as narrativas históricas sobre os índios no Espírito Santo, é possível apontar três tipos de abordagem que se complementam e contribuem no resgate da trajetória indígena. Primeiramente, existem trabalhos que chamam a atenção para a necessidade de romper com estereótipos, que defendem a necessidade de reconhecimento do papel de resistência desses grupos exerceram ao projeto colonizador. Em segundo lugar, aparecem estudos que ressignificam a experiência histórica dos índios no Espírito Santo, em especial, no século XIX, período no qual, tradicionalmente, passaram a ser excluídos e silenciados pela historiografia. E, por último, estudos que resgatam o passado indígena no século XX, evidenciando o dinamismo desses grupos e suas diferentes experiências de luta e reivindicações que se estendem no tempo.

No grupo de produções que colaboram com a desconstrução de estereótipos e afirmam a resistência indígena à colonização, é possível perceber a inversão de perspectiva no entendimento das experiências indígenas. Por exemplo, Vânia Lousada reivindica o caráter de resistência às lutas dos botocudos no final do período colonial:

a maior parte era refratária às tentativas de contato. Respondiam com guerra a todas as invasões empreendidas em seus territórios tradicionais, fosse contra os colonos tradicionais, fosse contra os colonos que tentavam escravizá-los ou contra os missionários que tentavam reuni-los em aldeias para catequizá-los. Na selva, os bandos botocudos pareciam quase imbatíveis. Os ataques surpresas a seus ranchos eram praticamente impossíveis, porque se movimentavam na selva com enorme rapidez, escapando aos intrusos e revidando os ataques em tocaias diurnas ou noturnas. Por trezentos anos eles resistiram aos invasores brancos graças a essa tática de guerrilha nas selvas. Ficaram famosos como grandes guerreiros, mas igualmente como um dos maiores inimigos da sociedade luso-brasileira em expansão, ganhando os epítetos de ferozes, tapuias e antropófagos.¹³

O que tradicionalmente foi interpretado como ferocidade e hostilidade por parte dos indígenas passou a ser interpretado como resistência ao projeto colonizador. Essa mudança interpretativa desconstrói a visão do indígena como inimigo. Aliás, segundo Maria José dos Santos Cunha, o caso do índio Maracaiaguaçu é exemplar da mudança de interpretação.¹⁴ Esse personagem histórico foi interpretado ao longo do século XX como herói ou aliado da colonização do Espírito Santo.¹⁵ Nesse sentido, a imagem que prevaleceu e perdurou sobre ele e os Temiminós foi a dos colonizadores.¹⁶

13 MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). *Dimensões*, Vitória, n. 9, p. 109, 2001.

14 Cf. CUNHA, Maria José dos Santos. Maracaiaguaçu, O Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador. *Revista Ágora*, Vitória, n. 20, 2014.

15 LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e História**: a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 104-106.

16 CUNHA, Maria José dos Santos. Maracaiaguaçu, O Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador... *Op. cit.*, p. 38.

No entanto, Cunha avalia que o caso de Maracaiaguaçu deve ser compreendido de outra forma, argumentando que suas experiências com os colonizadores evidenciam a complexidade dessa interação. Por um lado, a autora identifica uma relação que envolvia os jesuítas, vistos como agentes colonizadores, e, por outro, os indígenas, inseridos numa relação de aliança necessária. Nessa perspectiva, colonizadores e indígenas possuíam suas estratégias em função do campo de possibilidades que se estabelecia naquela relação. Ritos religiosos era realizados estrategicamente para incorporar modos de vida cristãos, mas, aponta Cunha, a relação de aliança envolvia estratégias e posicionamentos indígenas, como indica a autora ao analisar a cerimônia de casamento de Maracaiaguaçu:

para selar o acordo simbolizado pelo ato religioso, mas de significado social e político, Maracaiaguaçu, a mulher e os filhos receberiam respectivamente o nome de Vasco Coutinho, o da mãe e dos filhos deste. Desta forma, a nobreza do governador da capitania transferia-se, por parentesco político, para a nova nobreza da terra. Para os portugueses, acostumados à cultura que valorizava as alianças através dos laços de parentela, a solução era bem acolhida. Pelo lado da cultura indígena agradecer o chefe português era bem visto, além de que, como guerreiro, receber um nome elevava o seu estatuto perante a tribo. Para os jesuítas, era uma forma de conferir através do batismo um nome pela via da paz e da fé que abraçavam, sem que houvesse necessidade de recorrer à morte de outro guerreiro.¹⁷

Nesse sentido, a perspectiva do colonizador não pode ser estabelecida como a imagem acerca dos indígenas. Eles passam a ser interpretados a partir de suas vivências. Como na reação a uma prática religiosa exemplificada pela autora:

17 CUNHA, Maria José dos Santos. Maracaiaguaçu, O Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador... *Op. cit.*, p. 33-34.

assustados, sem conhecimento dos meios de propagação da infecção, depressa se espalhou entre os índios a ideia de que a água do batismo era a causadora do aumento da doença. Não importava o quanto os jesuítas se esforçassem, não conseguiam acudir a todos, tão-pouco substituir o respeito pelo saber e experiência dos mais velhos, em especial *os ditos das velhas*. A custo, e pontualmente, conseguiam alguma conversão, os índios preferiam fugir e esconderem-se a ficar e enfrentar o batismo com receio de morrerem. Quando em aflição, a maioria preferiu as crenças em que haviam sido educados.¹⁸

O caso de Maracaiaguaçu demonstra as alianças e diferentes possibilidades que se colocavam nas circunstâncias vivenciadas, situações em que os índios agiam em função de suas necessidades e interesses.¹⁹ Essa problematização sobre os discursos e representações historicamente produzidas apresenta, ainda, mais um caminho de abordagem sobre o passado indígena no Espírito Santo. Marcela Sarnaglia,²⁰ tendo como foco de estudo a obra *Dois anos no Brasil (Deux années au Brésil)*, de 1862, Auguste François Biard, analisa a emergência de práticas discursivas sobre os indígenas considerando que esse viajante francês retratou-os de forma ambígua, ou seja,

ora como o idealizado bom selvagem, ora como o ser indolente, preguiçoso e ladrão, “²¹ ou ainda, por vezes, o bom selvagem se identificava também como “violento, cruel, cheio de vícios.”²²

18 CUNHA, Maria José dos Santos. Maracaiaguaçu, O Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador... *Op. cit.*, p. 35.

19 Ver também: ALMEIDA, Maria Regina. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 59.

20 Cf. SARNAGLIA, Marcela. **Viajantes, natureza e índios**: a província do Espírito Santo no relato de Auguste François Biard (1858-1859). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

21 *Ibidem*, p. 26.

22 *Ibidem*, p. 141.

Além de identificar a percepção etnocêntrica do viajante, geradora de uma imagem preconceituosa, a abordagem da autora colabora com o modo de compreender essas narrativas. Por exemplo, ao analisar um cortejo religioso descrito pelo autor no qual participavam os indígenas, ela chama a atenção para as duas formas de percepção em torno dessa situação:

depois de ir para uma outra casa junto com o cortejo, Biard viu dois personagens importantes aparecerem no local. O primeiro era um índio que vestia uma longa blusa branca e que segurava com uma das mãos um guarda-chuva vermelho, enfeitado com flores amarelas e, com a outra, carregava uma caixa com São Benedito. Essa caixa também era enfeitada com flores e se destinava a receber as oferendas. O segundo personagem vestia um traje militar de cor azul-celeste, com adornos vermelhos, suas dragonas de ouro caíam para trás e, em sua cabeça, alteava-se um chapéu de pontas assombroso em comprimento e altura. Esse segundo personagem era o capitão, que dançava durante toda a cerimônia. Os músicos, em duas fileiras, acompanhavam o santo, sendo seguidos pelas velhas devotas, que dançavam o *cancan*¹⁶⁴; ‘O grupo passava em frente da cabana de cada convidado do banquete; o capitão, sempre dançando, entrava e dava a volta pelo interior da casa [...]. Finalmente, entraram na igreja, enfeitada com palmeiras e, depois de retirarem as oferendas e fecharem a caixa com São Benedito, todos foram embora.’ [...] Os índios, povos que historicamente foram subjugados pelos brancos, mesmo não podendo lutar contra a dominação, em graus variáveis, determinaram aquilo que absorviam e utilizavam na sua própria cultura.[...]. No caso do interior do Espírito Santo, os índios, ao se identificarem com São Benedito, assimilaram a devoção a ele, em uma expressão religiosa que mesclou rituais indígenas e católicos, transformando em única essa festa e a experiência de participar da mesma.²³

A abordagem indica o próprio limite da visão etnocêntrica. Contribui, portanto, para uma interpretação

23 SARNAGLIA, Marcela. **Viajantes, natureza e índios...** *Op. cit.*, p. 136.

do passado local que contemple a complexidade das relações estabelecidas pelos indígenas em contextos que não lhes eram favoráveis. Dominação e resistência, aliança e conformidade constituíam as relações por eles estabelecidas. Sujeitos históricos que não se limitaram à rebeldia e não podem ter sua imagem associada a guerras e combate ao elemento colonizador. No Espírito Santo, buscaram diferentes estratégias e articulações visando reagir ao avanço da sociedade colonial.

Nessa perspectiva, evidenciam-se um segundo conjunto de estudos que focalizam os conflitos existentes a partir do século XIX com o alargamento das fronteiras da sociedade. A partir do conceito de *zonas de contato*, capaz de evidenciar a continuidade das interações entre as populações indígenas e a expansão das fronteiras da sociedade brasileira, atribui um novo sentido à presença dos índios no passado capixaba. Vânia Moreira é a principal referência nessa perspectiva. A autora parte da problematização do discurso sobre os “vazios demográficos”, que indica a ausência de traços humanos em determinados territórios, e que foram utilizados para tratar a expansão da sociedade no século XIX, eliminando a presença dos povos indígenas em interação com essa sociedade.²⁴ Para ela, o discurso político recorreu a essa noção para incrementar uma política de povoamento e, no que tange a produção histórica, essa noção silenciou o conflito que marcou essa relação entre os indígenas e a sociedade dominante, como se a história do movimento de expansão da sociedade transcorresse sem conflitos étnicos e sociais nas zonas de contato.²⁵

24 MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos... *Op. cit.*, p. 104.

25 *Idem*. Os índios e a historiografia... *Op. cit.*, p. 272.

Nesse sentido, estabelece uma nova forma de escrever a história do processo de ocupação territorial trazendo a resistência indígena, ao enfocar, sobretudo, a reação dos grupos indígenas. Para a autora:

a tímida abertura de zonas pioneiras motivadas pelo desenvolvimento interno da capitania não evitou, portanto, o grande número de confrontos durante os primeiros 30 anos do século XIX. Os ataques indígenas representavam uma resposta às bandeiras e agressões sofridas nas zonas de contato. As perdas territoriais desorganizavam a estrutura social e econômica das tribos e estiveram fortemente condicionados pela pressão exercida pela expansão da sociedade regional de Minas Gerais, muito mais dinâmica que a propriamente local. Eles estavam, na realidade, encurralados em uma zona territorial cada vez menor, cercada por todos os lados pela crescente presença da população luso-brasileira.²⁶

Expropriação e resistência constituíram o mesmo processo de interação, em sua maioria, conflituoso. Tarcísio Silva complementa essa análise considerando que as zonas de contato revelam não somente a relação conflituosa, mas outras formas de relação estabelecidas pelos indígenas. Pois, além da guerra, a expansão da sociedade luso-brasileira orientou-se também pelo projeto de civilização dos índios que envolvia contatos amistosos a fim de evitar conflitos e garantir, conseqüentemente, o acesso à terra pelos colonos. Tarcísio Silva evidencia o significado de “civilizar os indígenas” no contexto de criação dos quartéis e aldeamentos no século XIX na região do Rio Doce:

a intenção era ‘civilizar’ e trazer os índios botocudos, para o ‘doce julgo da lei’ portuguesa, mesmo que, com isso, uma guerra precisasse ser tratava e, pelo raciocínio da Coroa, vencida. Civilizar, nesse sentido, seria fazer com

26 MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos... *Op. cit.*, p. 116.

que os índios aceitassem as formas de convívio social e as instituições da sociedade portuguesa. Ora, fazer com que as comunidades indígenas do sertão das gerais, acostumadas ao vagar livre e a tirar seu sustento do que as matas e rios da região pudessem lhes prover, aceitassem viver em aldeamentos restritos e dentro de parâmetros de sociabilidade bem diversos dos seus, não seria, obviamente, uma tarefa das mais fáceis de serem executadas.²⁷

Desse modo, existia o interesse no aproveitamento do indígena como elemento de defesa e como mão de obra.²⁸ Analisando esse meio de avanço da sociedade colonial, Tarcísio Silva defende a ideia de que os aldeamentos não se limitavam a ser um local de pretensa civilização do índio da região do médio rio Doce, mas pode ser entendido como forma de afastar os indígenas de seu território possibilitando sua ocupação. Era, assim, uma estratégia “para tirar o índio de sua terra de forma a inseri-lo na ‘sociedade civilizada portuguesa’ não como igual, mas como um subgrupo marginalizado”.²⁹

A recorrência a noção de zonas de contato, considerando os intensos convívios e conflitos entre os indígenas e os elementos da sociedade dominante, permitiu o resgate da experiência de diferentes populações indígenas.³⁰ Nesse sentido, a historiografia colaborou, também, para a introdução da imagem do índio integrado e autônomo, com capacidade de articular seus interesses e propósitos, mesmo submetidos a essa condição que marcou sua trajetória.

27 Cf. SILVA, Tarcísio Glauco da. *Junta Militar do Rio Doce: a posse da terra como um dos objetivos de conquista. Dimensões*, n. 18, Vitória, p. 302, 2006. Ver também: *Idem. Junta de civilização e conquista dos índios e navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

28 SILVA, Tarcísio Glauco da. *Junta Militar do Rio Doce... Op. cit.*, p. 311-317.

29 *Ibidem*, p. 315.

30 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia... *Op. cit.*, p. 278.

Novamente, os estudos de Vânia Moreira são referências para esse novo sentido atribuído ao passado indígena no Espírito Santo. Como exemplos, dois artigos³¹ são referências para tratar da presença indígena no século XIX, nesse caso, na região da Vila de Nova Almeida. A história do Espírito Santo é analisada a partir da experiência indígena nas *zonas de contato* e sua complexidade, pois reflete uma relação “entre os dois lados de uma fronteira porosa e sempre em movimento”.³² Compreender o passado indígena, nessa perspectiva, permite destacar a importância dessas populações indígenas em suas interações sociais. Segundo Vânia Moreira:

na província, isto é, na zona policiada, representavam 25% da população livre. E se for somada essa população com os índios que se estimavam existir nos sertões, chega-se a surpreendente cifra de que os ameríndios representavam 61% da população regional durante a década de 1820. Em outras palavras, existiam os índios ‘civilizados’ da província e os índios ‘selvagens’ dos sertões e, não raras vezes, o governo provincial utilizou-se daqueles para o combate e ‘amansamento’ destes. Desse ângulo, as fronteiras étnicas e sociais entre os índios ‘civilizados’, ‘cristãos’ ou ‘mansos’, de um lado, e, de outro, os índios dos sertões, isto é, os “tapuias”, “gentios inimigos” ou simplesmente “botocudos” parecem claras e bem nítidas. Contudo, era amplamente reconhecido pelos governantes locais os limites de tais diferenças, pois o trânsito de índios do sertão para a província e, inversamente, de índios das vilas e povoados para os sertões era intenso e difícil de ser controlado. Assim, pelo menos do ponto de vista dos governos locais, a realidade social do Espírito

31 Os artigos são: MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n. 11, 2011. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/60746>>. Acesso em: 16 fev. 2014; *Idem*. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). **Revista de História**, São Paulo, n. 166, 2012.

32 *Idem*. Entre as vilas e os sertões... *Op. cit.*, p. 3.

Santo era caracterizada pela necessidade de governar uma importante população indígena em diferentes estágios de contato e de transculturação.³³

A autora segue essas considerações para analisar a vila de Nova Almeida nas primeiras décadas do século XIX. Segundo ela, existia uma preocupação das autoridades em relação ao aproveitamento da mão de obra indígena, convocada em diferentes frentes de trabalho em serviços prestados ao Estado, reveladores da função social que se atribuía a esses grupos.³⁴ Vânia Moreira, no entanto, preocupa-se com a perspectiva indígena diante dessa condição, em sua margem de atuação:

do ponto de vista dos índios, existia certa margem de manobra e de negociação com as autoridades governativas, que, afinal, precisavam deles tanto para o serviço público (construção civil, serviço de correio, navegação etc) como para a defesa militar das vilas e dos povoados. Assim, a despeito das relações muito desiguais e assimétricas de poder entre eles, de um lado, e, de outro, os governantes e os moradores locais mais abastados, esses índios defendiam seus próprios interesses nas tramas que compunham as relações de poder na região. E, se tomarmos como parâmetro as petições e reclamações que eles próprios dirigiram aos governantes, as duas maiores preocupações dos índios foram defender a liberdade dos filhos – sequestrados para serem tutelados por terceiros, de acordo com os instrumentos da legislação orfanológica –, e manter a posse e a propriedade das terras que ocupavam, contra as tentativas do esbulho de certos moradores. Não é demais frisar, além disso, que, em termos indígenas, a tutela orfanológica correspondia à perda da autonomia e da liberdade conquistadas, pois os índios passavam a ter ‘dono’, ‘amo’ ou ‘patrão’ em uma espécie de situação bastante próxima ao cativo disfarçado. Mas tão importante quanto esses requerimentos indígenas, foram

33 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões... *Op. cit.*, p. 4-5.

34 *Ibidem*, p. 8.

as respostas que receberam, pois, não foram poucas as vezes que os governantes mandaram devolver a eles suas terras e seus filhos. Por exemplo, em 23 de agosto de 1838, o presidente João Lopes da Silva informava ao juiz de paz que havia recebido o requerimento do índio José Bernardino e pedia explicações circunstanciadas sobre o assunto, advertindo-o que “não pode e nem deve tirar os indígenas do poder dos pais ou daqueles que os tenham criado para dá-los a terceira pessoa, não havendo melhoramento de condição, como no caso presente.”³⁵

Nova Almeida, nesse sentido, é retratada pela autora como o espaço por excelência do movimento dinâmico social e cultural no qual estavam inseridos grupos indígenas:

no começo dos oitocentos, portanto, Nova Almeida era uma vila mestiça, do ponto de vista cultural, agregando pessoas, valores e práticas dos campos ameríndio e afro-luso-brasileiro. Mas, [...] os índios conseguiram dar, naquele espaço físico, político e social, uma forma indígena ao processo de mestiçagem. [...] Os índios ocupavam, além disso, os principais cargos e lugares da governança da vila. Na visitação de 1812, por exemplo, d. Coutinho ponderou a existência de mais de 3 mil índios na vila de Nova Almeida, sem contar os brancos e pretos, afirmando ainda que a vila possuía uma Câmara de “índios puros”, isto é, todos os vereadores e juízes eram índios. [...] Mas apesar das mestiçagens (biológicas e culturais), não há porque deixar de ler e interpretar tais vilas e instituições híbridas também como lugares profundamente indígenas, em um processo contínuo de apropriação, de ressignificação e de transformação, pois, construídos, vividos, negociados e transmitidos a partir do encontro intercultural entre afro-luso-brasileiros e índios. O *modus vivendi* de Nova Almeida atesta isso, aliás, com bastante eloquência.³⁶

35 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões... *Op. cit.*, p. 9.

36 *Ibidem*, p. 10.

Essa imagem das populações indígenas pode ser observada ainda em artigo da autora sobre a Carta Régia de 1798³⁷ e sua implicação no sistema de autogoverno³⁸ dos índios nas vilas e lugares indígenas no Espírito Santo, que vigorou entre 1798 e 1845. Segundo a autora, por mais que esse sistema tivesse o objetivo primeiro de controlar os indígenas e aproveitá-los como mão de obra para o Estado, serviu como margem de negociação dessas populações.³⁹ Exemplar, nessa abordagem, é a identificação de um lugar de participação política e reivindicativa que conquistaram:

a participação dos índios na governança local [...] foi um expediente político de relativa eficácia para os índios. Permitiu, por exemplo, a tramitação de suas reivindicações e de seus interesses nos canais políticos da província. Na série de 85 correspondências entre os presidentes da província do Espírito Santo e as autoridades civis e militares da vila de Nova Almeida mantidas no período entre 1828 e 1853, onde os índios são textualmente citados, foram encontradas 19 ocorrências de queixas de índios, principalmente contra três situações: as tentativas de esbulho de suas terras, as violências físicas perpetradas por moradores e os sequestros de seus filhos pelas autoridades locais, que os distribuía a terceiros.⁴⁰

Para Moreira, os documentos revelam uma

relativa eficácia política do sistema do autogoverno para os índios, pois os presidentes da província tenderam a apoiar os índios em suas representações e queixas.⁴¹

37 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios... *Op. cit.*, p. 228.

38 *Ibidem*, p. 230.

39 *Ibidem*, p. 235.

40 *Ibidem*, p. 236-237.

41 *Ibidem*, p. 237.

Para além de propiciar a visibilidade dos indígenas no passado capixaba, a autora, portanto, estabelece um novo lugar para essas populações, destacando, sobretudo, sua autonomia.

Essa visão sobre o indígena no passado local como sujeito ativo e reivindicativo com estratégias de ação em função da dinâmica social à qual estavam submetidos é complementado pelo estudo de Francielli Marinato, focado nas relações de contato entre a sociedade colonizadora e os indígenas a partir da instalação da Diretoria de Índios do Rio Doce (DRD), em 1824.⁴² Segundo a autora, a DRD possuía, dentre seus objetivos, o propósito de reunir os Botocudos em aldeamentos. Tal como Vânia Moreira atribuiu uma margem de ação dos índios diante da Carta Régia de 1798 e o sistema de autogoverno, Marinato ressalta que os indígenas tiveram capacidade de se organizar em torno dos propósitos da política de aldeamentos, resistindo por meio da negociação e estabelecendo relações nas quais apresentavam suas demandas e interesses naquele contexto. Para ela:

em realidade, a história da DRD é uma história de tensão permanente, polarizada pelos índios *versus* diretores, militares e colonos. Isso, sobretudo, porque nos planos gestados às pressas pelo nascente Estado imperial, bem como nas resoluções dadas de relance pelos governantes provinciais, há enormes erros de cálculo. Os mais explícitos ligam-se à crença de que os Botocudos seriam fácil e rapidamente assentados em aldeamentos a partir da conquista e manipulação de seus interesses com a oferta de uma infinidade de quinquilharias. [...] Ao se mobilizar e atrair os inúmeros e inimagináveis grupos Botocudos entranhados nas florestas, fazendo propagar promessas de sustento, bom tratamento e ofertas de presentes, errou-se de forma cabal com a

42 Cf. MARINATO, Francielli Aparecida. **Índios imperiais**: os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

crença no pressuposto de que isso seria suficiente para torná-los sedentários e, pior, submetidos ao trabalho colonial. As relações estabelecidas com as populações nativas em torno da Diretoria mostram que as ofertas de presentes, ferramentas e alimentos eram, sim, atrativas e engendraram muitos interesses no mundo indígena, mas sem que os diretores tivessem qualquer controle e manipulação sobre isso.⁴³

A abordagem da autora demonstra a capacidade de articulação e autonomia, assim como uma resistência desencadeada de acordo com a dinâmica na qual estavam inseridos. Novos sentidos são estabelecidos, portanto, para o papel desempenhado pelos indígenas no passado do Espírito Santo.

Por último e avançando no tempo, algumas propostas têm permitido o resgate das experiências indígenas no século XX. Tais narrativas ganham importância não só por avançarem cronologicamente, mas, sobretudo, porque atendem a necessidade de contrapor-se à cristalização da noção de que os povos indígenas pertencem ao passado. Com isso, permitem a compreensão da continuidade da luta desses povos ao longo do tempo no Espírito Santo. Estudos como os de Klítia Loureiro e Kalna Teao⁴⁴ atendem ao propósito de resgatar a presença dos indígenas e produzir referências que modifiquem a percepção acerca desses grupos.

Klítia Loureiro, em sua dissertação de mestrado, questiona o significado de um dos marcos históricos do

43 MARINATO, Francieli Aparecida. *Índios imperiais...* *Op. cit.*, p. 145.

44 TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. **História dos índios do Espírito Santo**. Vitória: Ed. do autor, 2009; LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo**: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

Espírito Santo: o projeto de industrialização das décadas de 1960-1970. Analisando a implantação do Complexo Aracruz celulose S/A em 1972, considera que o Estado estabeleceu um discurso de modernização e progresso com os investimentos advindos dos Grandes Projetos Industriais e que esse processo desencadeou um período de prejuízos e lutas das comunidades indígenas da região de Aracruz, os Tupinikin e os Guarani Mbya. A autora indica as implicações desse processo nas populações indígenas e como isso obrigou esses grupos a um rearranjo cotidiano devido a violência e expropriações contidas no modo de implantação da Aracruz Celulose. Desse modo, buscou desconstruir o discurso do progresso relativo à industrialização:

nossa pesquisa evidenciou que houve na atuação do Estado (1967 a 1983) capixaba, junto com a empresa Aracruz Celulose, um discurso de modernização e progresso que a nosso ver repetia antigos discursos já bastante conhecidos: o Mito sacrificial do índio e da natureza em prol não mais da civilização, como acontecia na Colônia e no Império, mas em favor da modernização capitalista do Espírito Santo e do Brasil. Os colonizadores lançaram mão de um argumento religioso que pudesse justificar o massacre, o extermínio, o *encobrimento do Outro*, a fim de levar a civilização cristã às terras descobertas e retirar os índios da condição de selvagens. A esse respeito, foi nossa intenção destacar a dialética intrínseca a esse processo civilizatório, que traz em seu bojo o seu contrário: a barbárie.⁴⁵

A autora reflete justamente sobre a resistência indígena nesse processo. Por um lado, Klítia Loureiro expôs “o indígena em seu resistente esforço para não sucumbir ao incivilizado processo civilizatório”,⁴⁶ que se viu obrigado a “viver ilhado dentro do seu território”, pois as

45 LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo...** *Op. cit.*, p. 169.

46 *Ibidem*, p. 171.

extensas áreas de matas e florestas naturais foram sendo derrubadas e substituídas pela monocultura do eucalipto, que se estendia, segundo relatos, até o quintal de suas casas, deixando os moradores acuados e obrigados a abandonarem o local.⁴⁷

Por outro, narra a luta e os dilemas das populações indígenas do Espírito Santo pela demarcação de suas terras e, principalmente, o papel contraditório desempenhado pelo Estado diante desse conflito:

as homologação das três áreas indígenas não equacionou o dilema da sobrevivência física e cultural das comunidades envolvidas. A luta pela terra, pelo direito de ser diferente, pelo direito à vida, à dignidade, ainda hoje faz parte das principais reivindicações das comunidades indígenas Tupinikin e Guarani Mbya do litoral norte do Espírito Santo. O importante aqui é reconhecer a contradição existente na atuação do Estado, no que diz respeito à demanda por terras por parte das populações indígenas. Se, por um lado, o “Estado”, em parceria com o capital transnacional, tem sido o principal responsável pela negação da existência das comunidades indígenas no Espírito Santo, por outro, foi também um órgão específico do Estado que “contribuiu” para que o resgate e a defesa dos remanescentes Tupinikin se tornassem prioridade dentro das políticas públicas, embora tenha submetido o grupo a estranhos acordos financeiros com os interesses industriais da empresa transnacional Aracruz Celulose S/A.⁴⁸

Essa luta dos indígenas afetados pelo projeto de desenvolvimento capixaba também é objeto de estudo de Kalna Teao. Ela também define a industrialização como o marco negativo da história do Espírito Santo para os indígenas e evidencia, assim, a continuidade da batalha dessas populações por reconhecimento de direitos:

47 LOUREIRO, Klítia. **O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo...** *Op. cit.*, p. 93.

48 *Ibidem*, p. 166.

podemos dividir a história da luta pela terra indígena no Espírito Santo em três fases. A primeira, ocorrida de 1967, ano da implantação da Aracruz Celulose no Estado, ao de 1983, ano de homologação das terras indígenas. A segunda fase inicia-se em 1993, quando os tupinikim e Guarani reivindicaram a ampliação da área indígena, e dura até 1998, com a ampliação do território indígena de Caieiras Velhas. E a terceira fase, que correspondente à época atual, iniciou-se em fevereiro de 2005, através da assembleia dos dois povos indígenas para lutar pela ampliação de suas terras e romper o Termo de Ajustamento de Conduta.⁴⁹

Segundo Kalna, esse é um processo de luta que ainda continua. Apesar de ser um fenômeno contemporâneo, as ações indígenas, tal como no passado, tem consolidado um conjunto de estratégias de resistência dessa população.⁵⁰ Todavia, ressalta a autora, um dos grandes inimigos indígenas ainda é a representação de obstáculos do progresso atribuída a eles no presente:

os conflitos pela posse da terra são noticiados através da mídia a partir de um discurso unívoco, desconsiderando os povos indígenas como sujeitos e protagonistas da história, desqualificando-os e marginalizando-os ao denominá-los frequentemente como aculturados, estrangeiros e não índios. Ao utilizar esse discurso, o Estado, os meios de comunicação, as empresas e os fazendeiros, dentre outros, evocam a defesa da propriedade privada da terra, negando aos povos indígenas suas reivindicações, considerando-os como entraves ao processo de modernização e ao progresso. Nesse sentido, resgatar as visões dos povos indígenas significa buscar o entendimento de uma realidade muito mais complexa, que ultrapassa apenas o embate entre progresso material e atraso econômico, mas permite

49 TEAO, Kalna Mareto. Os Guarani Mbya. In.: TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. **História dos índios do Espírito Santo**. Vitória: Ed. do autor, 2009, p. 103.

50 *Ibidem*, p. 112.

compreender as diversas concepções de mundo e práticas políticas em confronto, que se refletem cotidianamente na difusão de preconceitos legitimadores por meio de ações econômicas e governistas.⁵¹

Klítia Loureiro e Kalna Teao demonstram em suas narrativas que as questões que historicamente envolvem o indígena no Espírito Santo ainda persistem: o da sua condição social e a imagem construída sobre eles. Por outro lado, colaboram com a produção de narrativas que desmitificam e redefinem o lugar tradicionalmente reservado aos indígenas no passado capixaba. Ao darem visibilidade às experiências dessas populações na contemporaneidade, correspondem, por sua vez, às lutas indígenas no presente e à necessidade de produção de conhecimento histórico que redefine percepções e fundamentem mudanças na condição dos diferentes grupos indígenas.

Desse modo, conforme demonstrado, a historiografia tem elaborado um conjunto de narrativas sobre os indígenas que modificam o que estava instituído a respeito de seu passado. No caso do Espírito Santo, as narrativas contemplam mudanças importantes que rompem com imagens cristalizadas e preconceitos produzidos que se perpetuam na sociedade.

Essas narrativas críticas produzem deslocamentos significativos no lugar ocupado por esses personagens históricos. Abandonando a lógica “índios bons” *versus* “índios maus”, elas tiram essas populações da categoria de inimigos selvagens e obstáculos do progresso e os reconhecem como sujeitos inseridos e integrados em dinâmicas sociais desfavoráveis, porém, como capazes de agir e reagir de acordo com suas possibilidades. Retiram os indígenas, também, da condição anacrônica e idealizada de

51 TEAO, Kalna Mareto. Os Guarani Mbya... *Op. cit.*, p. 103-104.

pertencimento a um período do passado local marcado pelo atraso, o colonial. Permitem sua emergência na história local justamente em momentos em que as narrativas históricas os eliminam e apagam. De uma ausência sugerida pelos “vazios demográficos”, as populações indígenas são representadas nessas narrativas em sua diversidade étnica, como sujeitos ativos e, sobretudo, em suas circunstâncias de participação na sociedade, em suas estratégias de ação, que correspondem às suas lutas históricas por conquistas e reconhecimento de direitos.

Desse modo, ao longo do tempo, formas de narrar e compreender o Espírito Santo consolidaram um imaginário negativo sobre os indígenas. Reescrever a história capixaba significa estar atento para esse deslocamento, por meio da mudança de paradigma que põem em xeque o sentido do passado definido por narrativas mestras. Tal como apresentado, a historiografia tem exercido sua função no que tange o resgate e a valorização do passado indígena. Por isso, a produção de trabalhos como os da *Coleção História dos Povos Indígenas no Espírito Santo*, agora no volume IV, são iniciativas importantes para a revisão da história do Espírito Santo, pois redimensionam e modificam o valor histórico atribuído a sujeitos históricos, especialmente os índios.

Referências:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Apresentação. **Tempo**, v. 12, n. 23, 2007.

ALMEIDA, Maria Regina. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CUNHA, Maria José dos Santos. Maracaiaguaçu, O Gato Grande, aliás, Vasco Fernandes, ou o elogio do discurso evangelizador. **Revista Ágora**, Vitória, n. 20, p. 24-40, 2014.

DOSSE, F. **A história à prova do tempo.** Da história em migalhas ao resgate dos sentidos. São Paulo: UNESP, 2001.

LEITE, Juçara Luzia. **Natureza, folclore e História:** a obra de Maria Stella de Novaes e a historiografia espírito-santense no século XX. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LOUREIRO, Klítia. O processo de modernização autoritária da agricultura no Espírito Santo: Os índios Tupinikin e Guarani Mbya e a Empresa Aracruz Celulose S/A (1967-1983). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

MARINATO, Francieli Aparecida. **Índios imperiais:** os Botocudos, os militares e a colonização do Rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MORAES, Neida Lúcia Borges. **O Espírito Santo é assim.** Rio de Janeiro: [s. n.], 1971.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios e a historiografia. **Dimensões**, Vitória, n. 13, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). **Dimensões**, Vitória, n. 9, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Entre as vilas e os sertões: trânsitos indígenas e transculturações nas fronteiras do Espírito Santo (1798-1840). **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n. 11, 2011. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/60746>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A narrativa histórica da superação do atraso:** um desafio historiográfico do Espírito Santo. Serra: Editora Milfontes, 2018.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo.** Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1964.

OLIVEIRA, José Teixeira. **História do Estado do Espírito Santo.** Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

PORTELA, Cristiane de Assis. Por uma história mais antropológica: indígenas na contemporaneidade. **Sociedade e Cultura**, v. 12, n. 1, 2009.

RICARDO, Carlos Alberto. “Os índios” e a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. *In.*: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. 4 ed. São Paulo: Global; Brasília: MEC/UNESCO, 2004.

RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007.

SARNAGLIA, Marcela. **Viajantes, natureza e índios: a província do Espírito Santo no relato de Auguste François Biard (1858-1859)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SILVA, Tarcísio Glauco da. **Junta de civilização e conquista dos índios e navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

SILVA, Tarcísio Glauco da. Junta Militar do Rio Doce: a posse da terra como um dos objetivos de conquista. **Dimensões**, n. 18, Vitória, 2006.

TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. **História dos índios do Espírito Santo**. Vitória: Ed. do autor, 2009.

TEAO, Kalna Mareto. Os Guarani Mbya. *In.*: TEAO, Kalna Mareto; LOUREIRO, Klítia. História dos índios do Espírito Santo. Vitória: Ed. do autor, 2009.

OS KRENAK: DO ESPÍRITO SANTO À MARGEM ESQUERDA DO RIO DOCE

Rossana Britto¹

Brunna Terra²

“Ora, os árabes, os judeus, os japoneses também batem tambor, comem de palitinho. É um jeito de eles continuarem sendo árabes, judeus, japoneses. Por que a gente não pode continuar sendo “Botocudo” em qualquer lugar? Essas pessoas têm que ter o direito de continuar ensinando para seus filhos os valores que até hoje eles trouxeram vivos consigo”.

Ailton Krenak

De acordo com Eduardo Viveiros de Castro, se existe uma noção que é virtualmente universal no pensamento ameríndio, é aquela de um estado originário de indistinção entre humanos e animais. Todos os seres são humanos e não animais. Esta é a teoria do *perspectivismo ameríndio* que reconhece uma mestiçagem entre sujeitos e objetos, humanos e não-humanos, pois todos possuem uma subjetivação espiritual. Na ontologia ocidental, somos todos animais sendo o espírito o elemento que diferencia humanos e animais e o que sobrepõe os primeiros aos segundos. Ontologia que é a antítese do pensamento ameríndio.

1 Professora de História do Brasil na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Laboratório de História das Interações Político-Intitucionais (HISPOLIS - UFES).

2 Graduanda em História a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), membro do Laboratório de História das Interações Político-Intitucionais (HISPOLIS - UFES) e estagiária na Assembleia Legislativa do Estado do Estado do Espírito Santo. Dedicar-se ao estudo da comunidade Krenak no século XX.

A ontologia clássica está pautada em uma separação rígida e inflexível entre os domínios do subjetivo e objetivo, em particular entre natureza e cultura. Na ontologia ocidental, as relações sociais existem no contexto humano. Na ontologia ameríndia, não há dicotomia, há continuidade entre natureza e cultura. A cosmologia ameríndia focaliza a ideia do corpo que não se limita às diferenças fisiológicas. Trata-se de um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um *hábitus*.³

Esta concepção de mundo na qual os animais são gente, ou percebem como pessoas em tudo se diferencia da ontologia clássica. Os ameríndios não somente transcendem o *grande divisor cartesiano* que separou a humanidade da animalidade, como sua concepção social do cosmo que anteciparia as lições fundamentais da ecologia. Antes, ironizava-se a recusa, por parte dos índios, de conceder os predicados da humanidade a outros homens; agora se sublinha que eles estendem tais predicados muito além das fronteiras da espécie, em uma demonstração de *sabedoria ecosófica*, que ultrapassa os estreitos e tímidos limites do nosso objetivismo.⁴

O contato com diversos povos indígenas criou para os europeus a necessidade de compreender e enquadrar essas sociedades no seu universo mítico. Durante o século XVI, relatos acerca do novo mundo identificaram os indígenas como “gentios”, “brasis” e “negros da terra”. A primeira descrição da terra brasílica realizada por Pero Vaz de Caminha (1450-1500) apresentou os índios de forma positiva, como habitantes do Jardim do Éden. Coube aos missionários, viajantes e nobres da Europa a atuação como cronistas da América, o Novo Mundo.

3 ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. **Epistemologia e saberes da Ayahuasca**. Belém: EdUEPA, 2011, p. 201-230.

4 CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002, p. 370.

A “superioridade” cristã diante dos ameríndios considerados “degenerados” serviu para justificar a conquista das novas terras do além-mar.

No Brasil, houve várias formas de trabalho compulsório que expressaram os conflitos agudos entre religiosos e colonos a partir da disputa pelo braço indígena. A guerra justa – com teorias políticas construídas por relevantes pensadores no alvorecer da Época Moderna –, era o aprisionamento dos ameríndios que não se dobravam à subordinação colonial. Este imaginário era acionado em defesa dos interesses coloniais nos seus aspectos políticos, econômicos e sociais.⁵

O discrepante contato dos povos ameríndios com os colonizadores europeus promoveu várias reações das duas partes envolvidas. Desde as primeiras relações de escambo, passando pelas inúmeras alianças guerreiras até o desespero causado pelas epidemias de varíola e tantas outras, cada povo indígena reagiu com originalidade. Novas sociedades surgiram a partir da mestiçagem dos europeus com os indígenas. As atitudes destes inúmeros ameríndios – tanto do litoral quanto dos “sertões” desconhecidos inicialmente – foram múltiplas e complexas, entre elas, a resistência por meio das guerras, que foram diversificadas e intensas.⁶

5 Cf. OLIVEIRA, J. P. de; FREIRE, C. A. da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006, p. 36-37. Guerra justa: Originária do direito de guerra medieval foi instrumentalizada no século XIV no Reino luso. Era uma doutrina que autorizava a Coroa e a Igreja a declararem guerra aos pagãos. Ver também: MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In.: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP, 1992, p.123-129.

6 Cf. CELESTINO, Maria Regina. **Metamorfoses indígenas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; MARCHANT, A. **Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil. 1500-1580**. São Paulo: Editora Nacional, INL/MEC, 1980.

Surgia uma dicotomia entre indígenas agressivos e indígenas mansos. Os bravos eram aqueles que reagem à dominação colonial, os mansos eram aqueles grupos assimilados pelos aldeamentos missionários (jesuítas, capuchinos, franciscanos, entre outras ordens religiosas) e que passavam a viver socializados pelo cristianismo.⁷

Paganismo, selvageria, antropofagia e barbárie estavam presentes no imaginário europeu cristão orientando o estabelecimento de uma vigorosa e farta legislação colonial que em nenhum momento priorizava os ameríndios. Bulas papais, cartas e alvarás régios foram ignorados por administradores e colonos que exerciam os poderes locais na sociedade colonial.

Já no século XIX, as demandas intelectuais para construção da nação brasileira, não observavam os indígenas como culturas relevantes. Os índios não teriam história, ou melhor, teriam uma *história obscura*. Eram considerados como vivendo no estado de natureza: sem leis, sem domicílio, sem pátria. Os indígenas seriam pura falta. O selvagem estaria no grau zero de sociabilidade, dominado pelos instintos primários, sendo vingativos segundo o governador-geral do Brasil Mem de Sá (1500-1572). Sua condição estava longe de servir como um contraponto idílico da sociedade civilizada. Pelo contrário, estariam mais relacionados com a animalidade. Como crianças, os selvagens deveriam ser objeto de uma pedagogia, cujo objetivo era torná-los homens civilizados.⁸

A imagem do selvagem feroz e inconstante atribuída por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) aos

7 Sobre esta dicotomia, ver: BRITTO, Rossana G. A catequese dos jesuítas no Brasil Colonial. In.: RAMOS NETO, João Oliveira (org.). **Autoridade e poder**: Ensaios interdisciplinares de História do Cristianismo. São Paulo: Editora Reflexão, 2013, p. 59-71.

8 TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo**: Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 51-53.

ameríndios no Novo Mundo criou estereótipos que perduram até hoje. Este processo de estigmatização não atingia somente os indígenas, atingia os espaços desconhecidos como eram chamados os sertões.⁹

O sertão, além da geografia, entendido não como uma região específica do nordeste brasileiro, mas como um espaço de caos ainda não alcançado pela civilização, abrigaria os selvagens não domesticáveis. Seria como a espantosa “floresta medieval” enquanto uma metáfora do desconcertante e do misterioso.¹⁰

Os processos de estigmatização não recaíam apenas sobre os seres (os indígenas), mas se projetavam sobre os espaços geográficos, no caso os sertões, com uma aglutinação de estereótipos de longa duração. As etnias espalhadas nos chamados sertões eram duplamente estigmatizadas, principalmente os botocudos.¹¹

Os Botocudos

Integrantes do grupo Macro-Jê, os Botocudos eram caçadores e coletores seminômades. Construíam dois tipos de moradias: uma para permanências longas com estacas fincadas em círculo e cobertas de folhas e galhos, e outras mais passageiras feitas com galhos de palmeira enterrados

9 FERRAZ, Maria do Socorro. A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora. *In.*: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. de F. (org.). **O Brasil Colonial**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 171-226.

10 LE GOFF, J. O deserto-floresta no Ocidente medieval. *In.*: **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985, p. 39-58.

11 PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. *In.*: CUNHA, M. Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 413-430.

e amarrados em cima, formando uma arcada. Sua divisão de trabalho era feita pelos critérios do sexo e idade, sendo os chefes escolhidos por sua bravura, função que não era hereditária. Constantes lutas internas levavam a fraturas no interior dos grupos e é por isso que, no final do século XIX, essa nação estava dividida em vários subgrupos.¹²

Inicialmente, a denominação genérica para os Botocudos era Tapuia, em oposição ao Tupi, e posteriormente: *Aimoré*. O termo *Aimoré* deriva da palavra tupi – *amoré* –, que significa “gente diversa”. É uma denominação que apareceu no século XVI, quando ocorreram as primeiras expedições no interior do território brasílico. Em 1555, adentrando a Bahia, a expedição chefiada por Francisco Bruzza de Spinoza contou encontrou os Aimorés entre os rios Jequitinhonha e o Pardo. Na data de 1577, os Aimorés foram localizados nas proximidades do Rio Doce em Minas Gerais, pela entrada de Salvador Corrêa de Sá. Cronistas como Gabriel Soares de Souza e Pero de Magalhães Gândavo descreveram as incursões realizadas às capitânicas de Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo.¹³

No alvorecer do século XVII, com os primeiros contatos efetivos e alguns aldeamentos, como o da barra do rio das Contas (Bahia), tornaram conhecida a autodenominação do grupo, que passou a generalizar-se e, em alguns pontos, no Espírito Santo e em Minas Gerais, a conviver com a antiga denominação *Aimoré*. Assim, a documentação desse século passa a identificá-los de *Gren*, *Guerén* ou *Kren*.¹⁴

12 EHRENREICH, Paul. **1855-1919**. Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX. Trad. Sara Baldus; organização e notas por Júlio Bentivoglio. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2014, p. 19-20.

13 SILVA, Daniela Araújo da. **Diáspora Borum**: Índios Krenak no estado de São Paulo (1937-2008). Assis: [s. n.], 2009, p. 23-24.

14 PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica... *Op. cit.*, p. 428.

Já no século XVIII começou a aparecer a denominação Botocudo. Essa denominação generalizou-se crescentemente e que foi dominante até o fim do século XIX, quando contatos mais intensos e aldeamentos sistemáticos dos vários grupos permitiram o conhecimento dos diversos subgrupos com sua variada autodenominação, sempre retirada de acidentes geográficos ou dos nomes de caciques que chefiavam as dissidências, tão comum entre esse povo, como o caso dos *Krenak*.¹⁵

No século XIX, os viajantes puderam observar mais atentamente essa população e perceber que havia, entre o que genericamente eles designaram de Botocudos, inúmeras divisões, cada subgrupo com uma denominação própria. Entre os que mais detalhadamente focalizaram a organização social dos Botocudos, no referido período se destacam: Maximiliano Wied-Niuwied (1815), J. B. Spix e C. F. P. Martius (1817) e Auguste de Saint-Hilaire (1817).¹⁶

Os registros documentais disponíveis permitem afirmar que os chamados Botocudos, no século XVIII, na área dos atuais Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, são descendentes dos grupos designados *Aimoré*. Para os cronistas no século XVI, esses indígenas vieram se deslocando a partir do atual sertão baiano, na direção sul, tanto em razão de sua mobilidade própria como por serem repelidos por frentes de expansão colonizadora. Entretanto, a historiadora Maria Hilda B. Paraíso observa que essa descida aconteceu mais tardiamente pelos Botocudos, os quais fugiam dos contatos e conflitos vivenciados nas capitâneas de Ilhéus e Porto Seguro. Em 1736, avanços foram feitos em São Mateus na região do Rio Doce, tendo o encarregado João da Silva Guimarães

15 PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica... *Op. cit.*, p. 428.

16 SILVA, Daniela Araújo da. *Diáspora Borum...* *Op. cit.*, p. 62-63.

encontrado, naquela região, os *Kumanaxó*, *Punxó*, *Goakines*, *Maxakali*, *Purixú* e *Malali*. Novas “entradas” em direção ao vale do Rio Doce encontraram os *Puri*, *Malali* e *Panhame*, o que indica claramente que os grupos *Gren* ou Botocudos, ainda não se localizavam naquela região.¹⁷

Os primeiros contatos entre os europeus e os Botocudos tiveram caráter belicoso e ocorreram no século XVI, quando da instalação das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, particularmente após 1550, quando da revolta dos Tupiniquim, em Ilhéus, e da epidemia de varíola, que reduziu em um terço a população indígena aldeada, obrigando os colonos a buscarem suprimento de mão-de-obra entre os *Aimoré*, em razão do quase desaparecimento da população Tupi.¹⁸

Os Botocudos eram vistos como antropófagos, rebeldes insistentes, agressivos, incivilizáveis e refratários aos meios brandos de relação. Esta imagem dos Botocudos justificaria a ausência de desenvolvimento na região, tornando o binômio Botocudos/desenvolvimento impensável. A opção pelo progresso passa, então, a pressupor a eliminação dos Botocudos, princípio que é assumido sem maiores constrangimentos.¹⁹

Na tentativa de fixar homens no interior do Brasil, Dom João VI (1767-1826) iniciou uma política de colonização, baseada em concessões territoriais e incentivos, em detrimento dos indígenas que habitavam a região dos vales dos rios Doce e Jequitinhonha. Cabia aos comandantes das divisões o poder de guerrear, exterminar e empregar o trabalho indígena a seu favor, por dez anos, ou enquanto continuassem totalmente

17 SILVA, Daniela Araújo da. *Diáspora Borum... Op. cit.*, p. 24.

18 PARAÍSO, Maria Hilda B. Repensando a Política Indigenista para os Botocudos no Século XIX. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 35, p. 78, 1992.

19 *Ibidem*, p. 83.

agressivos. A etno-historiadora Sônia Marcatto, aponta como eram subjetivas as chamadas considerações, podendo os comandantes escravizar os indígenas por quanto tempo quisessem.²⁰

Para assegurar a guerra aos indígenas, construíram-se quartéis e aldeamentos. Entre 1800 e 1814 foram construídos 61 quartéis ao longo dos rios mais importantes da região (Doce, Jequitinhonha, Mucuri, Jucuruçu e Pardo). O objetivo era atender às propostas de guerra aos Botocudos nas três províncias – Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais.²¹ Em torno dos quartéis e aldeamentos surgiram formas econômicas de vida que favoreceram o surgimento de vilas e arraiais, transformados em sedes de prósperos municípios nos três estados. Em volta dessas estruturas fixavam-se: soldados e suas famílias; índios “mansos”, inimigos tradicionais dos Botocudos; artesãos; comerciantes e aventureiros.²²

A implacável caça aos Botocudos criou uma nova situação nos relacionamentos estabelecidos entre colonizador/colonizado. Cada vez mais, pequenos grupos procuravam contatos pacíficos, entregando-se ao aldeamento como forma de garantir sua própria sobrevivência, ameaçada pelos duros choques com os colonizadores e com outros grupos de indígenas oponentes em função da redução e perda dos territórios ocupados.

Quando entrou em contato com os Botocudos, Guido Tomaz Marlière (1767-1836) – fundador das Divisões

20 SILVA, Daniela Araújo da. **Diáspora Borum...** *Op. cit.*, p. 27.

21 PARAÍSO, Maria Hilda B. Repensando a Política Indigenista para os Botocudos no Século XIX... *Op. cit.*, p. 83.

22 Cf. PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica... *Op. cit.*, p. 418. Ver também: MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860.** Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017, p. 26-49.

Militares dos Rios Doce e Jequitinhonha e responsável pelo aldeamento de parcela significativa dos Botocudos em Minas Gerais – tentou rearticular os grupos remanescentes, tentando corrigir uma política lançada com a declaração de guerra de extermínio, assinada pelo príncipe regente Dom João VI, em 1808. Essa caça brutal aos Botocudos durou duas décadas. Nesse período, chamava-se de *Botocudo* todo ajuntamento de índios, principalmente os que eram apanhados nas matas do Rio Doce, ou até o Espírito Santo. Posteriormente, é a região do rio Doce e seus afluentes mineiros, sob a administração de Guido Tomaz Marlière, que passou a ser considerada sob controle. A designação de Marlière data de 1813 e visava apenas averiguar as irregularidades cometidas pelos diretores de índios das aldeias dos *Puri*, *Coroados* e *Coropó* no sul da capitania mineira. É a partir de suas observações que apresenta o projeto de administração para os índios da região, sendo indicado para o cargo de diretor de índios de Minas Gerais pelo governador Manoel de Portugal e Castro em 1818.²³

Enquanto diretor dos índios em Minas Gerais, Marlière estimulou os casamentos mistos como forma de completar o processo de integração. O próprio Marlière, em 1826, enviou circulares aos vigários das vilas, orientando-os sobre esses tipos de casamentos. Nos aldeamentos e quartéis eram os diretores dos índios e os comandantes das divisões que se encarregavam de realizar os casamentos interétnicos. Um dos elementos transformadores introduzidos pelos casamentos interétnicos era a instituição do casamento monogâmico e a progressiva sedentarização compulsória do grupo.²⁴

O contato com a sociedade brasileira provocou a aceleração das mudanças sociais dos grupos Botocudos,

23 PARAÍSO, Maria Hilda B. Repensando a Política Indigenista para os Botocudos no Século XIX... *Op. cit.*, p. 418.

24 *Ibidem*, p. 419.

levando à desagregação socioeconômica e política com graves reflexos na vida da única comunidade Botocudo reconhecida que ainda sobrevive: a dos *Krenak*.²⁵

Esse povo é resultado da dissidência de um grupo Botocudo que vivia no Espírito Santo: os *Gutkrak* (*montanha do Cágado* – serra dos *Aimorés*). Esse povo cindiu-se devido à não-aceitação do contato por parte de alguns de seus membros com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A dissidência dos *Gutkrak* deu origem aos *Krenak*, cujo “capitão”, homônimo, refugiou-se nas matas do Rio Doce, em Minas Gerais. Mesmo em Resplendor, *Krenak* continuou a recusar-se ao contato, refugiando-se na aldeia de *Quijeme Brek*. O contato com o SPI só foi estabelecido com o filho de *Krenak*, *Muhin*.²⁶

O SPI foi a primeira entidade do Estado brasileiro responsável por gerir os povos indígenas. Criado em julho de 1910, sob os cuidados de Marechal Cândido Rondon (1865-1958) representava uma amálgama de aldeamentos missionários com esforço positivista de cunho anticlerical. A partir de então, no preâmbulo do século XX, a sociedade disciplinar estava instalada. Os indígenas seriam os alvos das repressões e dos controles sociais mais diversificados a partir de disciplinas individualizantes com seus mecanismos de exclusão.²⁷

Em 1965, o SPI, afundado em denúncias de ineficácia e corrupção, começou a negociar um convênio com o governo de Minas Gerais, através do qual o Executivo estadual assumiria a incumbência de garantir a ordem e a assistência às aldeias locais. O acordo foi ratificado posteriormente pela

25 PARAÍSO, Maria Hilda B. Repensando a Política Indigenista para os Botocudos no Século XIX... *Op. cit.*, p. 425.

26 *Ibidem*, p. 420.

27 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 165.

Fundação Nacional do Índio (Funai) – sucessora do SPI –, em 1967. Assim nasceu o Reformatório Agrícola Indígena *Krenak*, um “*Centro de Recuperação*” de índios mantido pela ditadura civil-militar no município de Resplendor (MG).

Assim como o SPI, a Funai, participou ativamente dos processos de desterritorialização, promovendo o arrendamento das terras dos índios a fazendeiros e empresários e patrocinando transferências forçadas de povos indígenas dentro do território nacional, em franco desrespeito aos direitos territoriais indígenas, como o caso do Reformatório *Krenak*.²⁸

Estudo de caso: o reformatório Krenak

O que é uma prisão, afinal?

Pois a prisão é uma regulamentação feliz do espaço: o olhar do vigia pode e deve tudo ver. Uma regulamentação do tempo, cuja utilização é fixada a cada hora. Uma regulamentação dos gestos, das atitudes, dos mínimos movimentos do corpo.²⁹

A prisão não é a única. Ela se estabelece no conjunto da sociedade disciplinar, esta sociedade de vigilância generalizada. Para compreender sua organização comum, Foucault esboça uma anatomia política e uma microanálise da ação do poder sobre os corpos. Como se organiza na prisão e fora dela o jogo de poderes em busca da *docilização* desses corpos.³⁰

28 AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM MINAS GERAIS. Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2015, p. 36. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/docs/2017/acp-reformatorio-krenak.pdf/view>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

29 DROIT, Roger-pol. Michel **Foucault**, **Entrevistas**. Trad. Vera Portocarrero; Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p. 44.

30 *Ibidem*, p. 45.

O ano de 1968, no contexto histórico do endurecimento da ditadura civil militar com o AI-5, marca o início de uma política indigenista ainda mais afrontosa. O Reformatório Agrícola Indígena *Krenak* foi instalado pela Funai e pela Polícia Militar de Minas Gerais em 1969, sem previsão legal que o fundamentasse, na área do Posto Indígena Guido Marlière, onde viviam os índios *Krenak* (hoje a Terra Indígena *Krenak*), à margem esquerda do Rio Doce, no município de Resplendor/MG.³¹

Há uma série de documentos oficiais que comprovam a existência do Reformatório *Krenak*. O então Presidente da Funai, General Bandeira de Mello, em ofício datado de 25/01/1971, por exemplo, menciona a existência do Reformatório, descrevendo-o como “*uma colônia bem aparelhada em Minas Gerais*” destinada a “*corrigir índios desajustados*”.³²

Entre o primeiro envio de índios para o Presídio, no dia 24 de janeiro de 1969, até a data de transferência dos índios ali instalados para a Fazenda Guarani, que se deu em dezembro de 1972, é possível afirmar, com base nos documentos oficiais do período que foram recuperados, que o Reformatório recebeu, no mínimo, 94 índios provenientes de mais de 15 etnias, oriundos de ao menos 11 estados das 5 regiões do país.³³

A prisão dos indígenas no Reformatório tinha início na administração local (chefe do posto) ou regional (chefe da delegacia regional), quando não ocorria de modo imediato, a partir de fatos ocorridos na própria terra indígena. Assim, os índios assistidos pela Ajudância Minas-Bahia eram encaminhados diretamente ao Reformatório. Isso se dava a partir do convênio firmado, como já mencionado, entre o SPI

31 AÇÃO CIVIL PÚBLICA... *Op. cit.*, p. 13-14.

32 *Ibidem*, p. 14.

33 *Ibidem*, p. 16.

e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) – posteriormente ratificado pela Funai –, por meio do qual a PMMG havia assumido a responsabilidade de “garantir assistência à população indígena em Minas Gerais”.³⁴

Para que o indígena fosse encaminhado ao Reformatório bastava a notícia da conduta tida como inadequada pelos policiais militares e pelos funcionários da Funai e um despacho simples do Chefe da Ajudância Minas-Bahia.³⁵ Do percentual de casos trabalhados por Dias Filho, encontramos como os principais motivos das prisões: 22,2% por roubos; 28,8% por homicídios; 4,6% por casos de embriaguez e 44,4% por vadiagem.³⁶ No entanto, no ano de 1973, quando assumiu a chefia da Ajudância de Minas-Bahia, o funcionário da Funai, João Geraldo Ruas, calculou que pelo menos cem índios tinham passado pelo reformatório – dos quais 80% não apresentavam nenhum documento nem a causa da prisão.

Os indígenas confinados tinham suas vidas totalmente controladas, recebiam castigos enérgicos, eram avaliados mensalmente. Para eles não havia período de reclusão definido ou determinado. A vigilância era brutal, havendo casos comprovados de espancamentos e até mesmo de mortes, como o de Dedé *Baenã*, que havia tentado fugir do reformatório. Pelas punições severas, muitos indígenas preferiam arriscar a vida em fugas desesperadas ao ficarem no Reformatório.³⁷

A Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final, incluiu o Reformatório *Krenak* na relação de “*Instituições e locais associados a graves violações de direitos humanos*” no período compreendido entre 1964-1985, tendo ressaltado:

34 AÇÃO CIVIL PÚBLICA... *Op. cit.*, p. 19.

35 *Ibidem.*

36 PARAÍSO, Maria Hilda B. Repensando a Política Indigenista para os Botocudos no Século XIX... *Op. cit.*, p. 422.

37 *Ibidem.*

O Estado brasileiro criou, no final dos anos 1960, uma cadeia oficial em território *Krenak*, exclusiva para a detenção de indígenas, sobre a qual colhemos denúncias de casos de morte por tortura no tronco, trabalho forçado e desaparecimento de prisioneiros.³⁸

Os índios relatam a existência de uma solitária no presídio, onde os presos eram alocados, inclusive sendo privados de alimentação, em caso de comportamento inadequado. De acordo com Laurita *Krenak*: “Quando ficavam presos nesta solitária, ficavam de ‘castigo’ e não comiam e nem bebiam água”.³⁹

Há, ainda, relatos de violências e abusos sexuais cometidos contra as indígenas. Douglas *Krenak* declarou:

*o próprio Capitão Pinheiro vinha de vez em quando na aldeia Krenak e praticava estes atos de violência sexual contra as mulheres. Isso tudo foi visto pelo pai e pelo avô de Douglas.*⁴⁰

No mesmo sentido, Dejanira *Krenak* sublinha:

muitas mulheres foram abusadas sexualmente. Duas delas foram Julieta e Martinha. Eram abusadas por todos os militares e voltaram para a terra delas, no Bananal, em Goiás. Ouviu falar que o Capitão Pinheiro abusava de Julieta. Ela não podia falar nada, não podia conversar nada com ninguém, senão era castigada e apanhava de cassetete.⁴¹

Durante os anos de funcionamento do Reformatório *Krenak*, houve a convivência forçada de muitas etnias, uma vez que, foram enviados para lá mais de cem indígenas, pertencentes a diversas etnias. Um mosaico étnico que incluía

38 AÇÃO CIVIL PÚBLICA... *Op. cit.*, p. 22-23.

39 *Ibidem*, p. 24.

40 *Ibidem*, p. 32.

41 *Ibidem*, p. 32-33.

desde habitantes do extremo norte do país, como os índios *Ashaninka* e *Urubu-Kaapor*, a povos típicos do Sul e do Sudeste, como os *Guaranis* e os *Kaingangs*.⁴²

O reformatório não teve a sua criação publicada em jornais ou veiculada em uma portaria, escreve o pesquisador José Gabriel Silveira Corrêa, autor de um dos raros estudos sobre a instituição. Seu funcionamento e a própria recuperação lá executada e passavam pela manutenção do *sigilo*. A sede do reformatório possuía duas edificações. Em uma delas, ficava a administração, o almoxarifado e o alojamento dos guardas. Já a outra era o reformatório propriamente dito. Disponha de cozinha e refeitório, além de duas celas individuais, dois confinamentos coletivos e dois cubículos para detenção – estes últimos destinados a encarcerar quem cometesse faltas graves na rotina disciplinar. Pela manhã, após o desjejum, os confinados eram levados para trabalhos rurais, que prosseguiram também depois do almoço. No fim do dia, em um cotidiano tipicamente prisional, eram postos para dormir após o banho e o jantar coletivo. Há relatos de insuficiência de fornecimento de alimentação e vestuário.

A experiência do chamado Reformatório *Krenak* não durou muito, mas deixou marcas profundas e indeléveis na memória destes índios. Durante os anos da ditadura, após o golpe civil-militar de 1964, a Fundação Nacional do Índio (Funai) manteve silenciosamente em Minas Gerais dois centros para a detenção de indígenas considerados transgressores. Para lá, foram levados mais de cem indivíduos de variadas etnias, oriundas de ao menos 11 estados das cinco regiões que organizam o país. O Reformatório *Krenak* na cidade de Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), eram geridos e vigiados por policiais militares. Sobre eles

42 VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia da Letras, 2017, p. 73-85.

recaem diversas denúncias de agressões aos direitos humanos. Os “*campos de concentração*” étnicos em Minas Gerais representaram uma radicalização de práticas repressivas em um verdadeiro programa etnocida do estado de Minas Gerais contra as sociedades ameríndias.⁴³

No capítulo dedicado às populações indígenas do relatório final da Comissão Nacional da Verdade são realizados inúmeros casos em que houve violação dos direitos humanos desses povos. O MPF escreve:

*o período autoritário foi marcado pelo extermínio, trabalho, tortura, remoções forçadas e intensa desagregação social de várias etnias, provocadas pela omissão e pela ação direta do Estado.*⁴⁴

Segundo o MPF, o caso Reformatório *Krenak* se caracteriza por ser um crime “*contra toda a humanidade*”.

A presença da violência policial é, sem dúvida, o fenômeno que mais fortemente aparece como marco da memória coletiva do povo *Krenak*. Uma das formas em que se cristaliza a imagem dessa violência é na figura do Capitão Pinheiro⁴⁵, lembrado como o comandante oficial, o mandante das ações de controle e ordem que regia o funcionamento deste reformatório. A figura do Capitão Pinheiro tornou-se, assim, emblema característico que simboliza a totalidade da humilhação social que atingiu o povo *Krenak*.⁴⁶

As ações violentas com o objetivo de extinguir a língua *Krenak* – o *Borum* – e a tentativa de que os indígenas passassem

43 Cf. VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas...** *Op. cit.*

44 AÇÃO CIVIL PÚBLICA... *Op. cit.*, p. 3.

45 Manoel dos Santos Pinheiro, capitão da Política Militar do estado de Minas Gerais na época do Reformatório *Krenak*.

46 GONÇALVES, Bruno Simões. Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o caso Reformatório *Krenak*. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 192, 2017.

a falar exclusivamente português apresentam as características próprias das estratégias de violência estatal com o objetivo de “integração” de uma determinada população etnicamente diferenciada. Estratégias como proibição do uso cotidiano da língua de origem, aulas forçadas da língua nacional, castigo de diversas ordens para forçar o abandono da língua indígena e repressão de práticas da cultura tradicional nas quais a língua é um elemento importante, evidenciam esse projeto.⁴⁷

A cultura *Krenak* se manifesta a partir de saberes e práticas que estão guardadas na memória ancestral do grupo. Entretanto, com as expropriações de suas terras e remoções para longe de seu território, fez com que acontecesse uma diminuição no universo que sustenta o repertório cultural e psicossocial dos *Krenak*. Isso implica em graves consequências para a reprodução de seus valores e costumes⁴⁸, o que se faz necessário, por parte do Estado Brasileiro, o reconhecimento das graves violações de direito coletivo desse povo indígena e ações de reparação histórica para que episódios semelhantes ao Reformatório *Krenak* não voltem a acontecer.

Referências:

ALBUQUERQUE, Maria Betânia B. **Epistemologia e saberes da Ayahuasca**. Belém: EdUEPA, 2011.

BRITTO, Rossana G. A catequese dos jesuítas no Brasil Colonial. In.: RAMOS NETO, João Oliveira (org.). **Autoridade e poder: Ensaios interdisciplinares de História do Cristianismo**. São Paulo: Editora Reflexão, 2013.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

47 GONÇALVES, Bruno Simões. **Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros...** *Op. cit.*, p. 193.

48 *Ibidem*.

CELESTINO, Maria Regina. **Metamorfoses indígenas**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

DROIT, Roger-pol. Michel Foucault, Entrevistas. Trad. Vera Portocarrero; Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

EHRENREICH, Paul. **1855-1919**. Índios Botocudos do Espírito Santo no século XIX. Trad. Sara Baldus; organização e notas por Júlio Bentivoglio. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2014.

FERRAZ, Maria do Socorro. A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora. *In.*: FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. de F. (org.). **O Brasil Colonial**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GONÇALVES, Bruno Simões. Parecer Psicossocial da Violência contra os Povos Indígenas Brasileiros: o caso Reformatório Krenak. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, 2017.

LE GOFF, J. O deserto-floresta no Ocidente medieval. *In.*: **O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1985.

MARCHANT, A. **Do escambo à escravidão**: as relações econômicas de portuguesas e índios na colonização do Brasil. 1500-1580. São Paulo: Editora Nacional, INL/MEC, 1980.

MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). *In.*: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/FAPEESP, 1992.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Autogoverno e economia moral dos índios: liberdade, territorialidade e trabalho (Espírito Santo, 1798-1845). **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 223-243, 2012.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena**: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017.

OLIVEIRA, J. P. de; FREIRE, C. A. da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. *In.*: CUNHA, M. Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Repensando a Política Indigenista para os Botocudos no Século XIX. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 35, 1992.

SILVA, Daniela Araújo da. **Diáspora Borum**: Índios Krenak no estado de São Paulo (1937-2008). Assis: [s. n.], 2009.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo**: Discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

OS BOTOCUDOS NO VALE DO RIO DOCE: O ESTADO DA VIOLÊNCIA E A LUTA PELA TERRA

Rogério Costa dos Reis¹

Compreender a formação dos povos que habitavam a bacia do rio Doce é de fundamental importância para qualquer análise do processo de construção histórica das populações que hoje ocupam o vale deste rio. O propósito deste capítulo é, a título introdutório, analisar os aspectos principais da formação dos povos que habitavam o vale rio Doce, dentre eles o povo Krenak que são os últimos remanescentes dos botocudos do médio rio Doce vivendo em uma reserva indígena no município de Resplendor/MG.

Neste contexto, o processo de formação dos povos indígenas do rio Doce não possui diferenças muito expressivas, sendo possível estabelecer uma análise conceitual que pode ser aplicada a maior parte dos povos que habitavam o território conhecido como “Sertões do Leste”.

No que se refere especificamente aos Krenak, Geralda Soares e Maria Hilda Paraíso estabelecem que sua formação se deu a partir de uma cisão no grupo dos Gutkrak, na região do rio Pancas – ES,² a partir dos primeiros contatos com o antigo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, que mantinha um posto para atração indígena denominado *Posto de Pancas*, nas proximidades da atual cidade de Pancas no Estado do Espírito Santo.

1 Mestre em Gestão Integrada do Território - UNIVALE, Professor da rede pública de ensino do estado do Espírito Santo e da Faculdade Castelo Branco – Colatina/ES.

2 Cf. SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu**: os índios do Rio Doce. Contagem: CEDEFES, 1992; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica. *In.*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

O contato de um dos líderes do grupo dos Gutkrak, chamado Tetzuk, com os agentes do SPI causa a insatisfação de vários indivíduos do grupo, provocando a divisão entre estes e ocasionando a formação de um novo grupo que se retiram para as cabeceiras do Córrego do Eme, um dos afluentes do rio Doce e ali constroem uma nova aldeia e adotam o nome do novo líder: Krenak.³

Esta cisão se fundamenta na intransigência dos membros deste grupo em aceitar as determinações dos agentes do SPI que desejavam transferir os Krenak para o posto de pancas, onde já se encontravam os Gutkrak. Esta resistência acaba levando o governo a demarcar uma área de terras para a criação de uma colônia destinada aos índios Krenak na foz do rio Eme, onde se situa a atual reserva indígena deste povo.⁴

A trajetória dos Botocudo no Vale do Rio Doce

Neste primeiro ponto, pretendemos destacar a caracterização linguística e territorial dos povos que habitavam esta parte da floresta atlântica, no espaço conhecido como *Sertões do Leste*.

Sobre a classificação linguística, as populações indígenas dos territórios do sul da Bahia (vale do Salitre), Minas Gerais (vale dos rios Jequitinhonha, São Mateus, Mucuri e Doce) e Espírito Santo (vale do Doce até Itapemirim), podem ser classificadas como pertencente às seguintes famílias:

3 SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu...** *Op. cit.*, p. 85.

4 Cf. SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu...** *Op. cit.*, p. 108; MATTOS, Izabel Misságia de. **Borum, Bugre, Kraí:** constituição social da identidade e memória étnica Krenak. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996, p. 81; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica...** *Op. cit.*, p. 420.

Botocudo, Maxacali, Puri, Malali e Pataxó. Estas famílias são pertencentes ao tronco Macro-Jê e dentre elas os botocudos formam as nações dominantes.⁵

Podemos afirmar que os botocudos se dividiam em vários grupos dentre os quais destacamos os Jiporacs, Naknenuks, Takrukkaks, Etwets, Krenak, dentre outros.⁶

A título de informação sobre a nomenclatura Botocudo, destacamos que o termo só passou a ser utilizado a partir do século XVIII, sendo introduzido pelos portugueses. Segundo Maria Hilda Paraíso, no início do século XVI, nos primeiros contatos entre os colonizadores e os nativos das terras que viriam a se tornar o Brasil, estes eram chamados de *Aimoré* ou *Tapuia* e, somente no século XVII, começam a serem identificados crescentemente como Gren, Gueren ou Kren e posteriormente, botocudos. Tais denominações predominaram até o fim do século passado e, principalmente no século XX, quando o número de grupos sobreviventes reduziu-se drasticamente.⁷

Esta versão, que aborda os botocudos como sendo descendentes dos antigos Aimorés, embora seja muito encontrada na história de Minas Gerais, não é unanimidade no meio acadêmico. Izabel Mattos, fundamentada principalmente nos escritos do príncipe Maximiliano Wied Neuwied e de Curt Nimuendajú, descarta a versão de que os botocudos sejam os mesmos Aimorés do início do Século XVI. A autora destaca

5 Cf. ESPINDOLA, Haruf Salmen. Populações Nativas do Rio Doce. **Arkeos: Perspectivas em diálogo**, v. 16, 2006.

6 BAETA, Alenice Motta. As primeiras entradas nos Sertões do rio Doce: do século XVI ao século XIX. *In.*: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (org.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor**. Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009, p. 27.

7 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica... *Op. cit.*, p. 428.

que os botocudos só passaram a ser classificados assim no século XIX.⁸

Tendo definido a caracterização terminológica “botocudo” passamos a caracterizar a construção territorial deste povo. Segundo Espíndola, a partir da análise dos relatórios das Divisões Militares do Rio Doce é possível definir as divisões territoriais estabelecidas entre as principais nações de botocudos.⁹

Na parte meridional do Rio Doce habitavam os Graknun (também conhecidos como Kraknum), Nakarene (Nakrehé), Pejaurum (Kejaurin) e os Etwét. Na parte setentrional, sentido norte-sul, estavam os territórios de caça e coleta dos Nakenuck, Jiporok, Kumakã, entre outros. O sul da Bahia (nos vales do Salitre e do Prado) era habitado pelos Guerém.

Desta forma, cada nação ocupava territórios delimitados, com espaços vazios de separação entre eles, nos quais outras tribos se localizavam, em especial os de língua Maxacali. As nações mais numerosas e com territórios mais extensos eram os Nakenuck, Jiporok e Nkrehé. Este último dominava a margem sul do rio Doce, locomovendo-se no sentido Leste-Oeste.¹⁰

As considerações sobre a delimitação do território entre os botocudos se fazem fundamentalmente com base na organização social de cada grupo e no poder que estabeleciam no uso de um determinado espaço, transformando-o em território.¹¹

8 MATTOS, Izabel Misságia de. **Borum, Bugre, Kraí...** *Op. cit.*, p. 57.

9 Cf. ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Populações Nativas do Rio Doce...* *Op. cit.*

10 *Ibidem.*

11 HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Este processo de territorialização muito se assemelha ao padrão estabelecido por Lopes de Souza, o qual define o território como um “campo de forças” onde as relações de poder entre os “insiders”, ou seja, os “de dentro”, que compõem a coletividade, se contrapõem aos “outsiders”, os outros, os de fora. No caso em tela, cada grupo botocudo possuía uma relação muito profunda com o território, cujas delimitações geográficas de cada grupo eram conhecidas e respeitadas pelos grupos rivais.¹²

Sobre este aspecto, Herich Manizer, durante o período em que teve contato com os botocudos do rio Doce, em especial os Krenak, relatou aspectos que remetem a utilização do território. A delimitação do território para o etnógrafo russo remete a uma característica bastante funcional no seu uso para as atividades de subsistência como a caça e a pesca.

Os Krenak vivem em um território que eles encaram como sua propriedade inviolável. O direito natural é muito desenvolvido entre eles e seus territórios são separados daqueles de outros grupos vizinhos por limites naturais, colinas ou montanhas, que eles respeitam em suas caçadas (ao ponto mesmo de não aceitar, quando localizados no posto de pancas, os produtos de caça morta a tiros em territórios que eles não consideram seus).¹³

No texto fica evidente uma relação inviolável com o território constituído por aquele grupo. O fato dos Krenak, naquela ocasião não aceitarem sequer a caça abatida fora de seu território, mostra que havia fronteiras muito bem definidas entre os diversos grupos botocudos que habitavam o vale do rio Doce.

12 SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In.: CASTRO, Iná Elias de [et. al.]. **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 86.

13 MANIZER *apud* MATTOS, Izabel Misságia de. **Borum, Bugre, Kraí...** *Op. cit.*, p. 60.

Estes territórios, possivelmente, eram estabelecidos não só entre grupos rivais (Maxacali e Krenak, por exemplo), mas também entre os subgrupos de botocudos. Em outras palavras, o território dos antigos botocudos, se constituía dentro de um caráter funcional, estabelecendo a caça, a pesca a coleta, enfim, o modo de subsistência de cada grupo. Por outro lado, esta mesma funcionalidade acabava assumindo um postulado extremamente simbólico, onde os rios, as montanhas, a floresta serviam de referência para o estabelecimento dos limites territoriais de cada subgrupo.

No estabelecimento desta concepção territorial, os botocudos se organizavam em pequenos grupos que possuíam uma média de 60 a 200 indivíduos. Entre estes grupos havia pequenas variações dialetais, embora o tronco linguístico fosse o mesmo. As divergências políticas eram muitas. Estas, muitas vezes os levavam a guerrear entre si.¹⁴

O modelo de vida seminômade acabava levando os botocudos a desenvolverem moradias muito frágeis, de pouca duração. Mesmo assim, havia dois tipos de habitação: um formado por estacas fincadas em círculo e cobertas com folha e galhos. Este modelo tinha um caráter mais duradouro, em contraposição a outro de caráter mais temporário formado apenas por galhos de palmeira ariri enterrados no chão e amarrados em cima, formando uma arcada.¹⁵

14 Cf. MATTOS, Izabel Misságia de. **Borum, Bugre, Kraí...** *Op. cit.*; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica... *Op. cit.*; CALDEIRA, Vanessa. História de Botocudo: o povo Krenak na região do Vale do Rio Doce. *In.*: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (org.). **Era tudo mata: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor.** Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

15 Cf. ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce.** Bauru: EdUSC, 2005; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica... *Op. cit.*

O fato de serem considerados nômades ou seminômades, não significa que vivessem de forma errante. Este deslocamento era feito em um espaço definido e estava vinculado às exigências das atividades econômicas e higiênicas.¹⁶

No que se refere às atividades de subsistência, os botocudos possuíam uma agricultura de pouca expressão. As principais atividades estavam ligadas a caça, pesca e coleta. Sendo que a realização contínua destas ações levava ao esgotamento dos recursos nos espaços ocupados, forçando os grupos a realizarem deslocamentos para outras áreas. Outro fator que levava os botocudos a se deslocarem está ligado ao fato de que a caça e a coleta, muitas vezes, dependem das estações do ano, fazendo com que o grupo migre, durante períodos específicos em busca de alimentos. Estes períodos podem se prolongar ou reduzir de acordo com as variações climáticas ou de disponibilidade dos alimentos procurados.¹⁷

Conforme mencionado anteriormente, os grupos botocudos eram compostos por números reduzidos de indivíduos. Tal fato contribuía para os deslocamentos de seus membros dentro dos territórios estabelecidos. A cisão do grupo, dando origem a uma nova formação, era algo muito comum entre os botocudos. Esta subdivisão entre os grupos ocorria regularmente e sempre em razão do crescimento do número de famílias ou de conflitos internos. Cada novo subgrupo formado instituíam seu nome, usando como referência acidentes geográficos ou o nome do cacique que liderava a dissidência.¹⁸

16 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Lauda Antropológico Pericial Relativo a Carta de Ordem nº 89.1782-0 Oriunda do Supremo Tribunal Federal e Relativo a Área Krenak**. Universidade Federal da Bahia, 1989, p. 15.

17 *Ibidem*, p. 16.

18 Cf. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica... *Op. cit.*, p. 428; ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce...** *Op. cit.*, p.137.

No contexto religioso, Maria Hilda Paraíso cita um relato sobre os enterros realizados entre os Krenak com base nos relatos de Estigarribia¹⁹ que diz:

Os Krenak, não fugindo aos padrões tradicionais de seu grupo, enterravam seus mortos com alimentos ao lado e em cima da cova, que era coberta com um ranchinho, acendiam uma pequena fogueira para aquecer o cadáver.²⁰

Este ritual de sepultamento nos leva a crer que acreditavam no retorno do morto.

Neste aspecto, é importante evidenciar que a construção do território pelos antigos botocudos não estava vinculado apenas a sua função de subsistência, mas possuía outros elementos que se tornaram essenciais para a construção da identidade deste povo com seu território.

Nos elementos apresentados até aqui percebemos a formação do vale rio Doce a partir da vivência dos vários grupos que habitavam o vale deste rio. No próximo item buscaremos compreender o conflito territorial estabelecido nas terras conhecidas como “Sertões do Leste”, sobretudo após a declaração de guerra ofensiva aos botocudos e a criação das Divisões Militares do rio Doce em maio de 1808, pelo Príncipe Regente D. João, como forma de ocupação e domínio dos territórios mencionados.

¹⁹ Antônio Vianna Martins Estigarribia teve forte atuação no extinto Serviço de Proteção ao Índio – SPI, tendo sido Diretor deste órgão em 1936.

²⁰ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Lauda Antropológico Pericial Relativo a Carta de Ordem nº 89.1782-0 Oriunda do Supremo Tribunal Federal e Relativo a Área Krenak...** *Op. cit.*, p. 27.

A ofensiva dos Botocudos: catequese, Guerra Justa e a construção de um novo território pelo Estado português

“Permita-me V. exma. refletir que de tigres só nascem tigres; de leões, leões se geram; e dos cruéis Botocudos (que devoram e bebem o sangue humano) só pode resultar prole semelhante”.

Francisco José de Santa Apolônia

Vice-Governador da Província de Minas Gerais, 1827

A citação inicial reflete o pensamento existente na Província de Minas Gerais em relação aos ‘cruéis botocudos’, durante o século XIX, pelo menos por parte daqueles que administravam a província. Neste sentido, os botocudos são entendidos como um empecilho para a ocupação demográfica do rio Doce e, a partir desse entendimento, deveriam ser eliminados.²¹

Este desejo de eliminação dos botocudos começou a ser concretizado com a edição da Carta Régia de 13 de maio de 1808, que instituía guerra ofensiva aos botocudos. A Carta promulgada pelo Príncipe Regente D. João, que acabava de chegar ao Brasil, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, pode ser considerada um marco no processo de conquista do território do vale do rio Doce.

Contudo, a edição desta carta caracteriza apenas um aspecto da política indigenista da Metrópole em relação aos nativos na América Portuguesa. Esta política foi marcada por uma infinidade de atos que compreendiam Cartas Régias, Leis, Alvarás em forma de lei e Provisões Régias que, assinados pelo rei português, assumiam um caráter de legalidade em sua

21 ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce...** *Op. cit.*, p. 103.

execução.²²

No que tange a política de conquista do vale do rio Doce foram utilizadas a guerra justa e o aldeamento. Visando o extermínio dos botocudos, a Guerra Ofensiva tomou maior dimensão no processo de ocupação. Este vale, durante as primeiras décadas do século XIX, foi considerado uma “barreira verde” necessária para o isolamento da região mineradora da ação de contrabandistas que pudessem transportar o ouro pelo rio Doce até a Província do Espírito Santo.²³ No ano de 1773, uma Ordem do Real Erário determina que o governo da capitania de Minas Gerais tome as providências para que ninguém passe pelo rio Doce em direção ao litoral, para evitar os extravios de ouro e diamante.²⁴

Esta proibição criou um ambiente de “refúgio” para os povos nativos que habitavam a floresta atlântica no vale do Doce, possibilitando sua permanência neste território sem maiores interferências da política de colonização portuguesa, pelo menos até o início do século XIX, quando foi declarada Guerra Ofensiva aos botocudos por meio da Carta Régia de 1808. Na Carta, D. João declara que,

deveis considerar como principiada contra estes índios antropófagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os anos nas estações secas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações e de os capacitar da superioridade de

22 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (Séculos XVI a XVIII). In.: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 116.

23 Cf. AGUIAR, José Otávio. Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Tomaz Malière e a Colonização do Rio Doce (Minas Gerais). **Fenix – Revista de História e Estudos Culturais**, ano IV, v. 4, n. 3, 2007; ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce...** *Op. cit.*, 2005.

24 ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce...** *Op. cit.*, p. 56.

minhas reais armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas peçam a paz e, sujeitando-se ao doce jugo das leis e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis.²⁵

O documento, em primeira análise, caracteriza o índio como antropófago. É importante destacar esta menção, feita por D. João logo após sua chegada ao Brasil, porque reflete bem a ideologia já estabelecida na mentalidade dos colonizadores em relação aos botocudos. Neste sentido, a declaração feita oficialmente pelo governo português é apenas uma formalização de um pensamento já existente na colônia, conforme retratam os textos, sobretudo do naturalista Saint-Hilaire, mencionados mais adiante.

Sobre a justificativa para a implantação de uma guerra desta natureza, Beatriz Perrone-Moisés destaca que a guerra justa tinha como causas legítimas a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassallos e aliados dos portugueses e a quebra de pactos celebrados.²⁶ Embora todos estes motivos mencionados pela autora sejam importantes para nossa análise, dois deles aparecem na nossa discussão sobre a ocupação do território do rio Doce: a salvação das almas e a antropofagia.

O fato de a antropofagia ser justificativa para uma guerra ofensiva é importante para nossa análise tendo em vista que, para que fosse decretado o extermínio dos botocudos, fazia-se necessária esta produção do *mito da antropofagia* entre os botocudos.

Esta construção ideológica da antropofagia entre os botocudos é fruto de um longo processo. Prova disto é que os

25 SOARES, Geralda Chaves. *Os Borun do Watu...* *Op. cit.*, p. 50-52.

26 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos... *Op. cit.*, p. 123-124.

botocudos foram constantemente citados como antropófagos em documentos e relatos de naturalistas que passaram pelo rio Doce. Estes relatos eram construídos a partir da realidade que estes viajantes encontravam pelos lugares onde passavam.

O naturalista Francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua visita ao rio Doce, faz uma narrativa de um episódio que ouviu de três escravos que o acompanhavam durante sua estadia na Capitania do Espírito Santo. Segundo o relato,

os selvagens atacaram, há um par de anos, os vaqueiros de Muribeca e se apoderaram de um negrinho de 10 a 12 anos de idade. Sabendo o que se passava, o chefe da fazenda mandou imediatamente, no encalço dos indígenas cinco escravos bem armados, entre os quais estavam esses meus dois negros.

Os escravos surpreenderam os selvagens sentados ao redor de uma fogueira e, atacando-os a tiros de espingarda, mataram muitos. Depois, aproximando-se do fogo, encontraram o corpo do negrinho, do qual os índios haviam arrancado pedaços que já estavam assados em partes. Cortaram para mostrá-la a seu chefe, a cabeça de um dos índios que morreram no lugar e enterraram o resto do negrinho.²⁷

Mais adiante, no mesmo texto, o naturalista relata outra história contada a ele sobre a antropofagia dos botocudos.

Militares fizeram questão de mostrar-me uma casa cujos habitantes haviam sido mortos pelos selvagens. Quando se deram estes acontecimentos, um indivíduo, que foi extremamente feliz por escapar, refugiou-se no posto Boa Vista. No mesmo instante, foi mandado um destacamento no encalço dos indígenas; foram eles alcançados e muitos mortos pelos portugueses. Encontraram-se os corpos dos colonos chacinados; os selvagens não lhes haviam desarticulado os membros, mas tiram-lhes as carnes e só lhes deixaram a cabeça intacta. Estes fatos, dos quais um

27 SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974, p. 20.

dos meus soldados disse-me ter sido testemunha ocular, e aqueles que me haviam narrado os escravos de Muribeca, tendiam a provar a realidade da antropofagia; mas creio aconselhável não aceitar plenamente essas narrativas de homens incultos, animados pelo ódio e suscetíveis de criar fantasias em torno de suas ações.²⁸

Os dois relatos de Saint-Hilaire apontam uma única direção: histórias que destacam a violência com que os botocudos tratam a sociedade e a prática da antropofagia entre estes índios. Contudo, o naturalista não se deixa convencer pelos simples relatos carregados de ódio dos luso-brasileiros que se colocavam como vítimas da ação destes índios. O naturalista é enfático em destacar seu ceticismo em relação às narrativas sobre a antropofagia entre os botocudos.

A obra do naturalista alemão Maximiliano de Wied Neuwied, que esteve no Brasil na primeira metade do século XIX, destaca em seu livro “Viagem ao Brasil” os momentos em que passou pelo Rio Doce e faz relatos contundentes sobre o que ouviu das características antropofágicas e violentas dos botocudos. Em um relato sobre ataques destes índios a um oficial militar na capitania do Espírito Santo destaca que,

a tribo dos ‘Botocudos’ (assim chamada pelos europeus) vagueia nas florestas, à beira do rio Doce, até às nascentes deste na Capitania de Minas Gerais.

Estes selvagens se distinguem pelo costume de comer carne humana e pelo espírito guerreiro: tem oferecido, até agora, obstinada resistência aos portugueses. Si algumas vezes se mostraram amigáveis em certo lugar, cometeram excessos de hostilidade em outro; daí nunca ter havido um entendimento duradouro com eles²⁹

28 SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce...** *Op. cit.*, p. 21-22.

29 Transcrição feita conforme o texto original. Cf. WIED-NEUWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 150.

Os relatos do príncipe Maximiliano possuem o mesmo perfil dos relatos de Saint-Hilaire. Demonstram o cotidiano dos colonizadores que enxergavam nos nativos um empecilho para a colonização do território do Doce. Esta concepção justificava a intencionalidade em exterminar os Botocudos do vale deste rio. Maximiliano também faz um relato sobre ataques contra os botocudos realizados na Capitania do Espírito Santo pelo conde de Linhares. Este relato nos leva a concluir que o pensamento sobre o extermínio dos botocudos se perpetuava por toda extensão do vale do Doce. Segundo o príncipe,

o último ministro de estado, conde Linhares, declarou-lhes guerra formal, (...) Desde então não se deu trégua aos 'Botocudos' que passaram a ser exterminados onde quer que se encontrassem, sem olhar idade ou sexo; e só de vez em quando, em determinadas ocasiões, crianças muito pequenas foram poupadas e criadas.³⁰

Os ataques aos botocudos aparecem com frequência nos relatos dos dois naturalistas citados. Isto nos leva a crer que a Carta Régia de 1808, veio apenas formalizar uma guerra que já estava estabelecida pelos colonos luso-brasileiros. Estes, para justificar a ofensiva, desenvolveram um “mito da antropofagia entre os botocudos”. Embora não tenhamos encontrado este termo na literatura específica sobre os botocudos, podemos considerar sua aplicabilidade visto que não há qualquer comprovação da ação antropofágica destes índios.

Importante ressaltar, que tanto Saint-Hilaire quanto Maximiliano de Wied Neuwied, que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX, apresentam narrativas sobre a antropofagia entre estes índios, mas não indicam qualquer prova concreta sobre o canibalismo citado pelos habitantes das províncias de Minas e Espírito Santo. Muito pelo contrário,

30 WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil... Op. cit.*, p. 21.

atestam de forma enfática sua desconfiança em relação aos relatos sobre a antropofagia dos nativos.

Sobre esta questão, Espíndola apresenta o encontro de Guido Thomaz Malière, quando esteve à frente das Divisões Militares do rio Doce, com um grupo de botocudos que jamais havia se deparado com os não-índios. Ao contrário da concepção popular de antropófagos, este grupo se comportou com extrema amabilidade e pacifismo, fazendo amizade com os índios aldeados e com soldados.

Eles [os botocudos] possuem o estigma de serem antropófagos, porém não há qualquer referência de que essa prática tenha sido testemunhada ou confirmada por cronistas, militares, missionários, diretores de índios, viajantes estrangeiros, entre outros.³¹

O que havia era uma intencionalidade dos colonizadores em considerá-los antropófagos. O que havia era a intenção em encontrar uma justificativa para o extermínio destes indígenas. O discurso do Vice-Governador da Província de Minas Gerais em 1827, apresentado no início deste capítulo caracteriza bem essa situação.

Retomando o trabalho de Beatriz Perrone-Moisés, a autora destaca algumas justificativas para a realização de uma guerra justa. Sendo a principal motivação para o início de uma guerra a hostilidade dos nativos em relação aos europeus. Neste sentido, a autora destaca que a preexistência de hostilidades por parte do inimigo será, sempre, a principal justificativa de guerra. Hostilidades são invocadas por todos os documentos que destacam a guerra contra os índios.³²

31 ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce...** *Op. cit.*, p. 139.

32 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Índios livres e índios escravos...** *Op. cit.*, p. 125.

A ideia central do ataque aos nativos partia do princípio de que, uma vez livres dos “ferozes botocudos” seriam abertas as possibilidades de ocupação do território e a utilização do rio Doce para navegação possibilitando o desenvolvimento econômico da região do Doce.

Espíndola ressalta que no discurso oficial dos memorialistas, a cada menção do termo “Botocudo” seguiam qualitativos como “sedentos de sangue humano”, “bárbaros antropófagos”, “ferozes monstros”, dentre outros. Neste aspecto, a ocupação do vale do rio Doce ocorreu dentro de um processo bem planejado para sua ocupação. Primeiro, a ideologia da antropofagia entre os botocudos justificando uma guerra ofensiva. Depois, o empreendimento das atividades ofensivas visando “desobstruir” o rio Doce dos “antropófagos” botocudos. Estas ações são legitimadas pelo ato do próprio rei que decreta guerra ofensiva até que os botocudos se transformassem em “vassalos úteis” e se submetessem ao “doce jugo das leis”.³³

Neste aspecto a Carta Régia de 13 de maio de 1808 sintetiza o intuito português em estabelecer o domínio pleno sobre as terras do vale rio Doce. A Carta, expressa a dimensão da colonização portuguesa. Seu texto remete à utilização de armas para subjugar os indígenas levando-os à obediência aos ditames da Coroa portuguesa e, expressamente, dominar as terras ocupadas pelos índios. Para a concretização do previsto no documento, o governo imperial estabelece, inicialmente, a divisão do território do vale rio Doce em seis partes chamadas *Divisões Militares*.³⁴ O objetivo era efetivar a conquista através

33 ESPINDOLA, Haruf Salmen. *Sertão do Rio Doce... Op. cit.*, p. 140-141.

34 Logo após a decretação da Carta Régia foi estabelecida a Sétima Divisão que compreendia o vale do rio Jequitinhonha e seus afluentes. Uma oitava Divisão Militar chegou a ser criada em 1820, mas nunca se efetivou. Sobre o assunto conferir AGUIAR, José Otávio. Os ecos autoritários da Maselhesa... *Op. cit.*

da eliminação dos indígenas e o estabelecimento da navegação do Rio Doce.

Cada Divisão Militar possuía um comandante que era responsável pela administração total de sua Divisão, sendo facultado aos comandantes o posto de Alferes agregado do regimento da Cavalaria de Minas. Os soldados das Divisões Militares recebiam o mesmo soldo de um infante, sendo que se o recrutado fosse indígena receberia a metade do valor.³⁵

O estabelecimento das Divisões Militares pode ser caracterizado como um marco estratégico na conquista do território conhecido como “Sertões do Leste”. A divisão deste território em faixas de terra visava a agilidade no propósito de extermínio indígena e ocupação demográfica do vale. O Estado, como afirmação de poder, busca constantemente a dominação das terras ocupadas por nativos que eram considerados ferozes e antropófagos.

No caso em questão, o Estado busca a substituição das populações nativas para a promoção de uma ocupação demográfica que transformasse o vale rio Doce em um território economicamente produtivo. Para isto, o Estado utiliza a delimitação e o controle rígido através da força militar para atingir este objetivo.³⁶ Assim, a funcionalidade do território, na concepção do Estado português deveria se sobressair ao caráter simbólico e cultural, analisado na primeira parte deste capítulo.

Nesta perspectiva, as organizações dos grupos botocudos, embora fossem comunidades tribais, constituíam um empecilho ao desenvolvimento econômico deste território nos moldes do Estado europeu, sendo assim imprescindível seu extermínio ou submissão, “sujeitando-se ao doce jugo das

35 AGUIAR, José Otávio. Os ecos autoritários da Marselhesa... *Op. cit.*, p. 5.

36 HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização...** *Op. cit.*, p. 40.

leis e prometendo viver em sociedade” como atesta a Carta Régia de 13 de maio de 1808.

Maria Hilda Paraíso divide esta ação do Estado português em quatro pontos distintos, considerados “princípios orientadores básicos” da Carta Régia em relação aos territórios a serem conquistados. Segundo a autora, o Príncipe Regente pretendia:

tratar o problema pela força das armas sem determinar período de duração, pois o objetivo explicitado era o de torná-los ‘vassalos úteis’;

Garantir o direito aos combatentes ou financiadores

de obter trabalhadores indígenas através do aprisionamento de qualquer botocudo, por um período mínimo de dez anos, podendo alargar-se enquanto ‘durar sua ferocidade’;

Transformar os antigos territórios indígenas em lotes sesmarias, a serem distribuídos entre os novos colonos;

Marcar a data de início do período de cativo, pela ação dos missionários ou outros religiosos através do ato de batismo.³⁷

Na prática, o que a Carta Régia determina é uma ação ordenada visando, por meios belicosos e pela catequese, a dominação dos povos e dos territórios indígenas buscando a utilização da mão de obra indígena pela Coroa e, acima de tudo, promovendo a ocupação demográfica do território outrora ocupado pelos nativos.

A outra face da dominação apresentada na Carta é a catequese. Sob o signo da cruz, buscou-se integrar os nativos na sociedade nacional. Os aldeamentos, desta forma, se

37 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo**: a busca do passado. Salvador: UFBA, 1986, p. 10.

configuram como elementos importantes dentro do processo colonizador, representando a política colonial por excelência. Desde a chegada dos primeiros jesuítas na primeira metade do século XVI o interesse primordial das ordens religiosas foi transformar os nativos em cristãos. Para a Metrópole, o que importava era estabelecer o controle sobre a população nativa. Nesta perspectiva o aldeamento transforma-se na realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia.³⁸ Assim, a cruz e a espada se unem com um mesmo objetivo: estabelecer a dominação territorial, a conquista da alma do nativo e o estabelecimento do poder no novo continente.

A implantação da estrada de ferro e as transformações do território: o Estado e os Krenak na modernidade

A divisão do território do vale do rio Doce em Divisões Militares não proporcionou a ocupação demográfica esperada pelos colonizadores. Fatores diversos contribuíram para que a floresta Atlântica continuasse exuberante às margens do rio Doce até o final do século XIX.

No início do Século XX, no entanto, a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas acabou contribuindo para a efetiva ocupação demográfica do vale, efetivando aquilo que as divisões militares não haviam conquistado.

A construção da Estrada de Ferro no vale do rio Doce é o resulta de uma série de investimentos britânicos no Brasil que acabaram por provocar o surgimento desta mineradora. Formada por capitalistas brasileiros, a Companhia Estrada

³⁸ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos... *Op. cit.*, p. 120.

de Ferro Vitória a Minas inicia sua formação, ainda em 1902, com o objetivo de empreender a construção de uma estrada de ferro ligando Vitória no Espírito Santo a Diamantina, em Minas Gerais. A principal motivação econômica era o escoamento da produção agrícola do vale do rio Doce.

Não temos o intuito, com este pequeno relato sobre o surgimento da Estrada de Ferro Vitória-Minas e da mineradora Vale, de estabelecer um histórico sobre a ferrovia no vale do rio Doce, mas apenas destacar a influência desta companhia no processo de ocupação deste território e como este fato contribuiu para o extermínio quase total dos povos nativos que ainda habitavam o vale deste rio. Mas, antes é importante destacar que a declaração de Guerra Justa, o estabelecimento das Divisões Militares e mesmo o aldeamento, descrito no item anterior, não produziram o efeito esperado pelo império.

A ocupação do vale se deu efetivamente após a implantação da estrada férrea que promoveu o crescimento das primeiras cidades do vale do Rio Doce.

O alvorecer do século XX na região do Médio Rio Doce trouxe consigo grandes novidades. [...] A “Maria Fumaça”, símbolo maior da exploração intensiva de uma região, àquela época, adentrava o solo mineiro do Médio Rio Doce em 1905, através da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), na altura de Natividade, atual Aimorés.³⁹

A construção da ferrovia atravessou a floresta no sentido litoral do Espírito Santo em direção à região mineradora no interior de Minas Gerais. Neste aspecto, a implantação da ferrovia, foi também um elemento que dividiu as terras Krenak, dificultando a própria locomoção destes índios

39 REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (org.). **Era tudo mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009, p. 105.

entre o lugar onde residiam. Entre os Krenak há relatos de índios que sofreram acidentes ao atravessarem a linha férrea, ocasionando óbito. Segundo este raciocínio, podemos inferir que a implantação da ferrovia além de contribuir para o crescimento demográfico e o surgimento de fazendas que foram aos poucos adentrando as terras indígenas, também interferiu diretamente na utilização do território pelos índios que, antes do empreendimento, circulavam por ele livremente.

Sobre o assunto, Soares destaca:

A Vale cortou o território Krenak em 1905 sob protesto dos Borun. Estes nunca foram indenizados pelos prejuízos. A Companhia trouxe sim, as fazendas de café, a exploração de minérios, a poluição sonora da região. Várias vezes, à sua maneira, os Borun, reagiram bloqueando a estrada, colocando pedras e paus nos trilhos para impedir a passagem”.⁴⁰

Com o tempo, certamente muita coisa foi se transformando ao longo do Vale do rio Doce. Principalmente a exploração da floresta para o beneficiamento de madeira, o uso na produção de carvão para as locomotivas e, conseqüentemente, com o crescimento populacional ao longo do vale do rio Doce, cujas atividades agrícolas e pecuárias começavam a ganhar importância.

Com o crescimento das atividades econômicas, as terras que estavam em poder dos Krenak passam a ser cobiçadas pelos sitiantes e fazendeiros da redondeza. Esta necessidade de mais e mais terras para a exploração econômica foi a base para a transferência dos Índios Krenak para o Posto Indígena Engenheiro Mariano de Oliveira, município de Santa Helena de Minas no Vale do Mucuri, terra de seus inimigos tradicionais, os índios Maxakali.⁴¹

40 SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu...** *Op. cit.*, p. 88.

41 SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu...** *Op. cit.*, p. 131;

Este movimento de retirada forçada dos Krenak para o território dos Maxacali e, posteriormente, para a Fazenda Guarani, onde conviveram com os Pataxó, além da diáspora de índios Krenak para o Posto Indígena Vanuíre, no interior de São Paulo, é a caracterização de uma tentativa de desterritorialização dos Krenak, promovida pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI – com o objetivo claro de submeter o grupo indígena aos interesses do Estado.

Este projeto empreendido pelo Serviço de Proteção ao Índio, com o objetivo de transformar o nativo em trabalhador nacional, fazia parte de um ideal nacionalista de integração dos indígenas à sociedade nacional, sob o signo do pensamento republicano recém- instaurado no Brasil, com a queda do regime monárquico em 1889. Neste aspecto, cabia a transformação do índio em um cidadão nacional. O SPI buscava demonstrar tal situação em suas ações na tutela dos nativos.

A movimentação dos grupos indígenas, retirando etnias de um lugar e levando-as para outro, conforme fez o SPI estava pautado na lógica de homogeneização no tratamento dos diversos povos indígenas que habitavam o país.⁴² Como já destacado, o Órgão indigenista não lidava apenas com a questão indígena, mas também com os trabalhadores rurais. O Ministério do Governo, ao qual o órgão estava ligado, era o da Agricultura. Isto fazia com que as ações do SPI estivessem sempre em busca de facilitar os interesses do Estado, principalmente no que se refere ao estabelecimento de sua unidade territorial, deixando sempre em segundo plano o

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica... *Op. cit.*, p. 421; CALDEIRA, Vanessa. História de Botocudo... *Op. cit.*, p. 54.

42 LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos índios sob a gestão do SPI. *In.*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p. 155.

interesse das sociedades indígenas.⁴³

No caso do território Krenak, no vale do rio Doce, foi utilizado, em larga escala, o arrendamento de terras para posseiros. O SPI permitia que fazendeiros e posseiros da região se estabelecessem nas terras indígenas mediante o pagamento de uma taxa de arrendamento. Inicialmente, o SPI justificava a cobrança dizendo que com o pagamento deste valor seria possível alimentar os índios uma vez que sua agricultura ainda era incipiente.⁴⁴

Contudo, na mentalidade do arrendatário, o fato de ele pagar uma taxa para a utilização da terra dava-lhe o *status* de “proprietário” das terras utilizadas. O método de arrendamento fazia com que estes fazendeiros fossem adentrando, lentamente, o território Krenak, produzindo uma ocupação territorial que culminaria com a retirada desta etnia de suas terras.

Este processo de inclusão do fazendeiro nas terras indígenas, acabou culminado em um processo de transferência dos Krenak de suas terras para o território Maxacali.

Para justificar a retirada dos Krenak, os agentes do Órgão governamental criaram o pretexto de um atentado a bomba na casa do chefe do Posto Indígena. Este episódio foi o estopim para a transferência dos Krenak de suas terras. Segundo a narrativa de Maria Hilda Paraíso, os agentes do SPI culpavam os índios pelo atentado. Estes por sua vez, entendem que este atentado foi uma armação dos agentes do órgão para justificar a transferência dos Krenak para terras Maxacalis.

43 CRUZ, Leonardo de Oliveira. O “ser” e o “estar” índio: produção de identidades entre Kaingang e Krenak, em Vanuíre. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007, p. 73.

44 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica... *Op. cit.*, p. 421.

Segundo o relato de Luzia Oliveira em 1989, Os Krenak foram levados para o Posto Indígena Maxacalis, em Minas Gerais (Transferência autorizada pela Portaria 362/58). Os índios afirmam que, precedendo a sua transferência, houve um atentado a bomba contra a casa do chefe do Posto Indígena, criando caos, criando acusação contra os índios.⁴⁵

Sobre a motivação apresentada para a transferência dos Krenak, não há qualquer menção a investigação sobre o real autor do atentado. Sem uma investigação consistente, pode-se aventar a possibilidade levantada pelos Krenak: a de que este episódio tenha sido realmente programado pelos agentes do Serviço de Proteção ao Índio com o intuito de culpar os Krenak, ou pelo menos criar um clima de insegurança no Posto Indígena e assim justificar a transferência.

Neste momento, a principal hipótese para esta rapidez na transferência dos Krenak foi a descoberta de uma mina de Mica dentro do Posto Indígena. A partir desta descoberta, os arrendatários intensificaram a pressão para que houvesse reversão das terras que haviam sido doadas para a criação do Posto Indígena Guido Malière (território Krenak) e ocorresse a regulamentação destas terras em favor dos posseiros.⁴⁶

Entretanto, a transferência para outro território não fez com que os Krenak esquecessem sua terra natal. O primeiro exílio entre os Maxacali durou aproximadamente dois anos. Como os funcionários do SPI não atenderam às solicitações dos Krenak de retornarem às suas terras, estes voltaram de

45 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Laudo Antropológico Pericial Relativo a Carta de Ordem nº 89.1782-0 Oriunda do Supremo Tribunal Federal e Relativo a Área Krenak...** *Op. cit.*, p. 53.

46 Cf. SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu...** *Op. cit.*, p. 131; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica...** *Op. cit.*, p. 421; ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Populações Nativas do Rio Doce...** *Op. cit.*, p. 8.

forma épica: fizeram o trajeto a pé entre o município de Santa Helena de Minas e Governador Valadares. A viagem durou cerca de três meses.⁴⁷

O retorno dos Krenak às suas terras de origem se deu, após um período de oito anos na Fazenda Guarani. Ao chegarem a sua terra natal, encontraram-na ocupada por fazendeiros e posseiros que, naquele momento, possuíam documentos que “legalizavam” estas terras em seus nomes. Apesar de já termos mencionado este aspecto, em outros momentos deste trabalho, estamos ratificando o fato devido sua importância para a compreensão da construção da atual Reserva Indígena Krenak.

Podemos dizer que o retorno dos Krenak do exílio na Fazenda Guarani para o município de Resplendor, no vale do rio Doce, teve como principal fundamento o elo que este povo possui com esta terra. Contudo, o que para os Krenak era seu, para o Estado não pertencia mais ao grupo indígena. O governo já havia “legitimado” estas terras em nome de fazendeiros e sitiantes que se encontravam estabelecidos nesta terra, onde haviam constituído família, criado uma relação simbólica com o espaço, ou seja, haviam se territorializado.

Para o Estado, os Krenak encontravam-se desterritorializados do vale rio Doce. A ação do Estado em transferi-los para outras terras definia esta circunstância. Para os fazendeiros que haviam conquistado a documentação de propriedade destas terras, os índios eram assunto encerrado. Os proprietários das terras agora eram eles, afinal de contas havia uma garantia do Estado que se fundamentava nos títulos emitidos pelo governo. Porém, para os Krenak, essa lógica do Direito não era aplicável. Afinal, foram os Kraí (brancos)

47 Cf. SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu...** *Op. cit.*, p. 133; MATTOS, Izabel Misságia de. **Borum, Bugre, Kraí...** *Op. cit.*, p. 100; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica...** *Op. cit.*, p. 421.

que os havia retirado de suas terras. Para o índio, não era um documento que dizia de quem era a terra, mas sim a vivência nela.

Entretanto, esta caminhada dos Krenak pela reconquista de suas terras é muito difícil. Quando retornam da Fazenda Guarani, em 1980, assumem apenas uma pequena faixa de terra à margem esquerda do Rio Doce que atinge 120 hectares. Algo irrisório perto dos 4.039,8241 hectares que fazem parte da Reserva atual. Sobreviver com tão pouca terra foi o primeiro desafio dos Krenak naquele momento.

Para tentar reaver toda a extensão da terra ocupada por fazendeiros, a Funai, em 1983, entra na Justiça Federal com Ação Ordinária de Nulidade de Títulos sobre os imóveis rurais localizados nas terras indígenas Krenak. Este processo tem uma longa duração e se arrasta na Justiça até o ano de 1995 quando a ação foi julgada favorável aos Krenak. Porém, só, após dois anos, já em 1997 a Justiça reintegra as terras aos Krenak e então é formalizada a Reserva Indígena Krenak no Município de Resplendor.⁴⁸

É importante destacar que a delimitação da Reserva Indígena Krenak teve como referência a determinação feita pelo governo do Estado de Minas Gerais, em 1920, que, através do Decreto nº 5.462 de 10 de fevereiro de 1920, estabeleceu a criação de uma área para os índios Krenak com extensão de 4.000 hectares.⁴⁹

O processo de reocupação do território Krenak se dá a partir do dia 28 de abril de 1997, quando a justiça determina a reintegração da terra aos Krenak, e a Polícia Federal começa a

48 CALDEIRA, Vanessa. *História de Botocudo... Op. cit.*, p. 58.

49 Cf. SOARES, Geralda Chaves. *Os Borun do Watu... Op. cit.*, p. 191; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Lauda Antropológico Pericial Relativo a Carta de Ordem nº 89.1782-0 Oriunda do Supremo Tribunal Federal e Relativo a Área Krenak... Op. cit.*, p. 22.

operação para retirada das 87 famílias, que ocupavam as terras indígenas.

No dia 29 de abril, um dia após o início das desapropriações, o Jornal “Hoje em Dia”, de Belo Horizonte fez uma matéria intitulada “Krenak retomam primeira área” que destaca as principais ações da Polícia Federal na retirada dos ocupantes das terras reintegradas aos Krenak. A ação de desapropriação foi programada para ser realizada em 10 dias, sendo que os primeiros a sair foram os que possuíam mais terras. Proporcionalmente ao tamanho das propriedades, ia ocorrendo a retirada dos fazendeiros.

Neste ponto, o jornal citado destaca uma preocupação que permeava as ações de desapropriação que era a situação de 27 famílias de pequenos proprietários, que se encontravam em uma situação financeira muito precária e não tinham para onde ir. Durante as negociações, os Krenak propuseram ceder um pedaço das terras que estavam sendo desapropriadas para que estas famílias permanecessem por até seis meses, até que decidissem o seu destino, um ato humanitário dos índios que, mesmo dentro da tensão do momento da desapropriação, não abandonaram o espírito solidário.

Após a entrega definitiva das terras aos indígenas, iniciou-se um processo de readaptação dos Krenak a toda extensão de suas terras. Primeiro, era preciso garantir meios para a subsistência deles. Neste sentido, a revista “Extensão”, publicação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), divulgou em sua edição de Dezembro de 1997 as ações deste órgão junto aos Krenak para contribuir para o desenvolvimento agrícola. Na ocasião, a EMATER oferecia aos Krenak assistência técnica para o desenvolvimento agrícola na área da Reserva. Entretanto, havia questões que careciam de apoio financeiro

do governo que, segundo os Krenak, nunca foi disponibilizado. Trata-se de recursos para a construção de currais, cercas, casas, melhoria nas estradas, sementes e adubos dentre outras necessidades primordiais naquele momento.

Com a reintegração da posse foi garantido ao povo Krenak, a criação da atual reserva indígena Krenak, mesmo que não possua a totalidade do antigo território originário deste povo. Entretanto, há uma grande luta pela ampliação do território indígena que inclui a anexação do Parque Estadual dos Sete Salões à atual Reserva Krenak.

O Parque, denominado pelos Krenak de Takrukkrak (Pedra alta, na língua Krenak), foi criado em Setembro de 1988 a partir do Decreto nº 39.908 do Estado de Minas Gerais e possui uma área de 12.520 hectares, abrangendo os municípios de Resplendor, Conselheiro Pena, Aimorés e Santa Rita do Ituêto, tendo ficado sob a administração do Instituto Estadual de Florestas (IEF) a partir da sua criação pelo governo estadual.⁵⁰

A relação dos Krenak com este espaço é marcada por características muito significativas, uma vez que é atribuído ao Parque um caráter encantado, sagrado para este povo. As rochas internas possuem diversas pinturas rupestres que são entendidas pelos Krenak como obra do sobrenatural. Esta característica atribui grande valor sagrado ao espaço do Parque em um território sagrado para os Krenak, conforme já destacado neste trabalho, usando como referência a obra de Rosendahl.⁵¹

50 Cf. BAETA, Alenice Motta. As primeiras entradas nos Sertões do rio Doce... *Op. cit.*; MATTOS, Izabel Misságia de. **Borum, Bugre, Kraí...** *Op. cit.*

51 Cf. ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião:** uma abordagem Geográfica. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 2002.

Este processo de luta pela incorporação do Parque ao território indígena teve seu ápice no dia 1º de dezembro de 2005, quando o povo Krenak, com o apoio de outros grupos indígenas, ocuparam os trilhos da Estrada de Ferro Vitória-Minas como forma de protesto. Na ocasião, foi publicado um documento pelos Krenak que solicitava a incorporação do Parque dos Sete Salões à atual Reserva. Fato que mostra a relação deste povo com este território.

O documento produzido pelos povos indígenas ressaltava o compromisso assumido pela FUNAI de dar andamento à questão da incorporação das terras do Parque ao território Krenak, e solicitava a criação de um Grupo Técnico para estabelecer o início da demarcação das terras em nome dos Krenak.

A partir deste movimento de contestação foi criado um Processo Administrativo junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) visando a incorporação do parque estadual dos Sete Salões à atual Reserva Indígena.

Certamente, a conquista definitiva deste território pelos Krenak se dará apenas com a anexação deste território à Reserva Indígena Krenak, concluindo assim a reconquista de suas antigas terras.

Para não concluir

É impossível concluir um trabalho voltado para um processo de construção territorial de um povo indígena. Impossível sobretudo porque as sequelas continuam vivas. A conquista da *Terra Prometida* ainda não se concretizou. A luta é grande.

No caso do território dos antigos botocudos, percebemos que, desde o momento em que a Coroa portuguesa estabelece, oficialmente, a Guerra Justa, há sempre o intuito de fazer com que os povos indígenas deixem de existir. Só assim, o Estado poderia dominar aquele território. Nesta perspectiva, o território indígena que se encontra dentro da zona de interesse do Estado português tende a ser desconstruído, sendo esta a única saída viável para o estabelecimento da política do Estado.

O empreendimento desta dominação pelo Estado é feita a partir do estabelecimento das Divisões Militares que tinham como função principal a dominação militar sobre as terras ocupadas por botocudos e facilitar a ocupação demográfica neste espaço, visando a transformação de uma vasta extensão territorial, considerada improdutiva, insalubre e povoada por índios antropófagos em um território sob o domínio do Estado e com expectativas econômicas.

Apesar de todos os esforços da política colonial, vimos que esta transformação do território do vale do rio Doce só se concretizou com a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas no início do século XX. A ferrovia, que se introduzia no mundo capitalista como símbolo da modernidade, conseguiu realizar aquilo que as Divisões Militares não deram conta de resolver totalmente: concretizar a transformação de um território povoado por índios em um território voltado para a exploração econômica.

Com a implantação da ferrovia, vieram os fazendeiros, formaram-se cidades ao longo da estrada férrea, a população aumentou, isto levou os botocudos do vale do rio Doce a serem praticamente dizimados ou “integrados à sociedade”.⁵²

52 Cf. REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (org.). **Era tudo mata...** *Op. cit.*

Os Krenak, atualmente, o único grupo remanescente dos antigos botocudos do vale do rio Doce, continuam vivos, fortes e, o mais importante: Conscientes de seu papel na História e da necessidade de pressionarem por políticas públicas de valorização dos povos indígenas, sobretudo, na demarcação de terras.

Referências:

AGUIAR, José Otávio. Os ecos autoritários da Marselhesa: Guido Tomaz Malière e a Colonização do Rio Doce (Minas Gerais). **Fenix – Revista de História e Estudos Culturais**, ano IV, v. 4, n. 3, 2007.

BAETA, Alenice Motta. As primeiras entradas nos Sertões do rio Doce: do século XVI ao século XIX. *In.*: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (org.). **Era tudo mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

CALDEIRA, Vanessa. História de Botocudo: o povo Krenak na região do Vale do Rio Doce. *In.*: REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (org.). **Era tudo mata**: o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

CRUZ, Leonardo de Oliveira. **O “ser” e o “estar” índio**: produção de identidades entre Kaingang e Krenak, em Vanuíre. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Populações Nativas do Rio Doce. **Arkeos: Perspectivas em diálogo**, v. 16, p. 153-170, 2006.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EdUSC, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos índios sob a gestão do SPI. *In.*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos Índios**

no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

MATTOS, Izabel Misságia de. **Borum, Bugre, Kraí:** constituição social da identidade e memória étnica Krenak. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Lauda Antropológico Pericial Relativo a Carta de Ordem nº 89.1782-0 Oriunda do Supremo Tribunal Federal e Relativo a Área Krenak.** Universidade Federal da Bahia, 1989.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Botocudos em Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo:** a busca do passado. Salvador: UFBA, 1986.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Os Botocudos e Sua Trajetória Histórica. *In.*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista no período colonial (Séculos XVI a XVIII). *In.*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

REZENDE, Marcos; ÁLVAREZ, Ricardo (org.). **Era tudo mata:** o processo de colonização do Médio Rio Doce e a formação dos municípios de Aimorés, Itueta e Resplendor. Belo Horizonte: Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés, 2009.

ROSENDAHL, Zeny. **Espaço e Religião:** uma abordagem Geográfica. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 2002.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1974.

SOARES, Geralda Chaves. **Os Borun do Watu:** os índios do Rio Doce. Contagem: CEDEFES, 1992.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In.*: CASTRO, Iná Elias de [*et. al.*]. **Geografia:** Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Julio Bentivoglio (org.)

WIED-NEWIED, Maximiliano. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

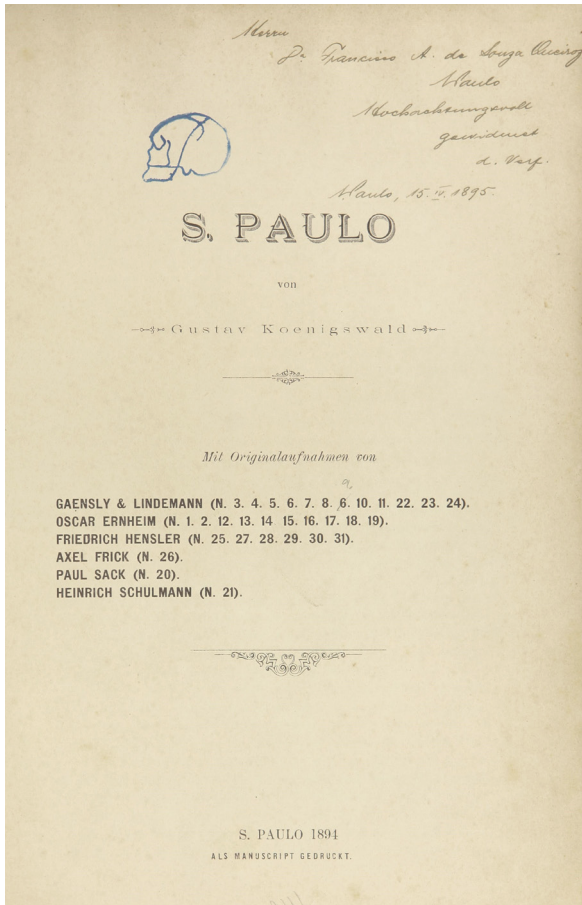


Figura 1: Raro impresso de São Paulo, autoria de Gustav Koenigswald.

BREVE NOTÍCIA BIOGRÁFICA SOBRE GUSTAV ADELBERT VON KOENIGSWALD (1863-1911)

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha¹

Júlio Bentivoglio²

São raras as informações a respeito da vida e da obra do etnólogo Gustav Adelbert von Koenigswald. Além de alguns poucos dados extraídos da biografia de seu conhecido filho - o paleontólogo e geólogo Gustav Heinrich Ralph von Koenigswald (1902-1982) -, sabe-se que Koenigswald nasceu na cidade dinamarquesa de Kobenhavns em 24 de junho de 1863 e faleceu na cidade espanhola de Las Palmas em 13 de novembro de 1911 aos quarenta e oito anos.³

A partir de um apanhado de sua obra como naturalista e etnólogo é possível estimar que o autor residiu em território brasileiro de 1886 ao menos até a primeira década do século XX. Segundo a antropóloga Elena Welper, é seguro afirmar que entre 1885 e 1892 Koenigswald trabalhou como “ajudante e companheiro” de Albert Loefgren, botânico da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, responsável pela exploração arqueológica da costa paulistana,⁴ tendo

1 Doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, membro do LETHIS-UFES e professor do Instituto Federal de Ensino em Itapina-ES, autor de *A religião da história* pela editora Milfontes.

2 Professor do Departamento de História na Universidade Federal do Espírito Santo, coordenador do LETHIS-UFES e desta coleção – *História dos Povos Indígenas no Espírito Santo* – e organizador da coletânea *O futuro da história* pela editora Milfontes.

3 WANGERIN, A. **Leopoldina**: *Amtliches Organ der Kaiserlichen Leopoldinisch-Carolinischen Deutschen Akademie der Naturforscher*. Von Ehrhardt Karran, hft. 48, Halle, 1912, p. 16.

4 O resultado das explorações dessa expedição na costa de São Paulo foi a monografia de Loefgren, publicada em 1893 e intitulada *Contribuições para a arqueologia paulista: os Sambaquis*. No início dessa obra, Loefgren lembrava:

posteriormente atuado como “preparador” do recém criado Museu Paulista, dirigido por Hermann von Ihering.⁵

Dessa experiência, o alemão produziu uma série de livros e relatos de viagem nos quais, para além do seu contato com os povos indígenas, Koenigswald descrevia também a paisagem, a sociedade e a cultura de diversos lugares por ele visitados durante a sua estadia no país sul-americano.

Um dos primeiros trabalhos escritos pelo autor com esse objetivo foi *São Paulo*, obra publicada em idioma alemão no ano de 1894. De caráter descritivo, em suas palavras o livro tinha apenas o intuito de servir como “uma espécie de teste de impressão, tanto para a escrita quanto para a execução artística de uma pequena obra sobre São Paulo, que será publicada no próximo ano”.⁶ De fato, uma versão ampliada desse trabalho foi publicada em língua portuguesa pelo autor em agosto de 1895.⁷

Além de uma série de dados demográficos, geográficos e pluviométricos, nessa obra Koenigswald já demonstrava o seu interesse por uma etnografia daqueles que seriam à época os remanescentes de grupos indígenas do norte e do noroeste

“É também de justiça mencionar o nosso ajudante e companheiro Snr. G. Koenigswald, que visitou e levantou a planta da maior parte dos sambaquis que vão descritos”. Cf. LIMA, Tânia Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista USP*, n. 44, p. 288, 2000.

5 WELPER, Elena. Etnografia e ficção nos relatos de viagens para a América do Sul publicados na revista *Globus* (1862- 1910). *Indiana*, v. 35, p. 196, 2018.

6 KOENIGSWALD, Gustav von. **São Paulo**. São Paulo: Ed. do autor, 1894, p. 1.

7 Na introdução desse livro, Koenigswald encaminhava agradecimentos a mais de uma dezena de pessoas, entre elas o pintor Willy Reichardt; os fotógrafos Gaensly & Lindenman e Paulo Kowalsky; o já mencionado botânico Albert Loegfren, e o topógrafo e fotógrafo Francisco Hensler (1864-1925), que lhe forneceu três ‘interessantes’ fotografias dos índios coroados. WELPER, Elena. Etnografia e ficção nos relatos de viagens para a América do Sul publicados na revista *Globus* (1862- 1910)... *Op. cit.*, p. 196.

do estado de São Paulo, isto é, as tribos Coroados, Guarany e Xavante:

distinguem-se entre eles as tribos Coroados e dos Guarany, sendo a dos Chavantes pouco numerosa. Os Coroados são de índole muito feroz e cruel; pelo que são igualmente temidos pelas outras tribos e pelos seus vizinhos europeus. Habitam extensas matas de Minas Gerais até Santa Catarina, vivendo em constantes hostilidades. Principalmente aos colonos que fixam domicílio na sua vizinhança muito têm que sofrer com as correrias deles. Já mais pacíficos são os Guarany, que foram aldeados em vários sítios e se mesclaram com a população branca (caboclos).⁸

Três anos mais tarde, após realizar viagens pelo sul do país, Koenigswald publicaria *Rio Grande do Sul*, obra que tinha o objetivo de, “a partir de suas próprias impressões”, descrever aquela região do Brasil na qual “a Alemanha havia estabelecido tão fortes raízes”.⁹ Assim como na obra anterior, o etnólogo oferecia em doze capítulos e em mais de cinquenta ilustrações, densas descrições do clima, do território e da população da parte sul do território brasileiro na última década do século XIX. De igual maneira, também nesse trabalho, Koenigswald se preocupava em descrever as populações nativas da região que, de acordo com seus estudos e observações, existiria no Rio Grande do Sul “hoje apenas em uma fração muito reduzida”.¹⁰ Das populações remanescentes restariam os indígenas “civilizados”, circunscritos a aldeamentos, cuja localização em território gaúcho ele buscava oferecer:

tais aldeamentos existem no Alto-Uruguaí, no extremo norte do Estado. O mais conhecido é o aldeamento Nonohay, localizado próximo ao povoamento de mesmo

8 KOENIGSWALD, Gustav von. **São Paulo**. São Paulo: Ed. do autor, 1895, p. 8.

9 Cf. *Idem*. **Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ed. do autor, 1898.

10 *Ibidem*, p. 38.

nome, habitado pelos Coroados. Outras aldeias existem no Rio Lageado, em Rio Guarita (Campina) no Uruguai-puytan (Estiva) e em Nhucorá. Muitos índios civilizados ainda são encontrados nas assim chamadas “missões”. Dos índios do campo, existem ainda alguns Charruas e Minuanos que habitam as cabeceiras do Ibirapuytan, ao norte de Santana do Livramento.¹¹

Entre os livros *São Paulo e Rio Grande do Sul*, Koenigswald publicou também o *Guia das estradas de ferro dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e S. Paulo* (1896) e um artigo intitulado *Ornithologia paulista* para o periódico alemão *Journal für Ornithologie* (1896).¹²

Como apontado por Graciela Chamorro e Hannah L. Roth, além de etnólogo, Koenigswald era também um estudioso dos sambaquis presentes na costa do Brasil.¹³ Prova desse seu interesse foi a escrita do artigo *Die indianischen Muschelberge in Südbrasilien* (As montanhas de conchas indígenas no sul do Brasil) publicado em 1905. Conforme revelado no próprio título do texto, a curiosidade arqueológica do autor se dava, sobretudo, em função daquilo que aquelas “montanhas de conchas” poderiam desvendar a respeito dos costumes ancestrais das diversas tribos indígenas que habitavam o litoral sul brasileiro:

esses sambaquis, testemunho de tempos muito remotos, são bem conhecidos pelos habitantes da costa que, infelizmente não apreciam o seu valor histórico-cultural, apenas o material em si.¹⁴

11 KOENIGSWALD, Gustav von. **Rio Grande do Sul...** *Op. cit.*, p. 38.

12 WELPER, Elena. Etnografia e ficção nos relatos de viagens para a América do Sul publicados na revista *Globus* (1862- 1910)... *Op. cit.*, p. 197.

13 CHAMORRO, Graciela; ROTH, H. L. Os Cayuá, com seis ilustrações. *Tellus*, v. 12, p. 217, 2012.

14 KOENIGSWALD, G. **Die indianischen Muschelberge in Südbrasilien**. [s. l.]: [s. n.], 1905, p. 341.

Além de marcar a sua estreia como sambaquista, o artigo em questão era também a primeira de uma série de contribuições que Koenigswald passaria a realizar para a revista *Globus*, periódico especializado em etnologia, em geografia e em crônicas de viagem que, por iniciativa da editora Vieweg, seria publicado em território alemão entre os anos de 1861 e 1910.¹⁵

As publicações de Koenigswald na *Globus* compreenderiam o já mencionado estudo sobre os sambaquis, um texto sobre as árvores araucárias e quatro estudos individuais sobre as características etnológicas dos índios Botocudos, Coroados, Cauyás e Carajás: *Die Cayuás* (Os Cayuás) (1908), *Die Botokuden in Südbrasilien* (Os Botocudos do Sul do Brasil) (1908); *Die Corôados im südlichen Brasilien* (Os Coroados do Sul do Brasil) (1908) e *Die Carajá Indianer* (Os índios Carajá) (1908).

Esses relatos se constituíam basicamente de uma mescla entre a experiência do autor em seu contato direto com os nativos e a análise de uma série de escritos de outros viajantes e estudiosos das tribos indígenas brasileiras.

15 Welper esclarece que a revista *Globus*, auto descrita como “Revista Ilustrada de Geografia e Etnografia. Crônicas de viagem e jornal geográfico” (*Illustrierte Zeitschrift für Länderund Völkerkunde. Chronik der Reisen und Geographische Zeitung*) foi fundada por Hermann Julius Meyer (1826-1908), herdeiro da editora *Bibliographisches Institut* de Gotha, e tornou-se um dos periódicos mais populares da Alemanha na segunda metade do século XIX. A autora aponta que o conteúdo da revista abarcava não apenas relatos superficiais fornecidos por comerciantes e imigrantes leigos (genericamente incluídos na categoria de viajantes), mas também artigos autorais escritos por “homens da ciência” (como por exemplo, Franz Boas, Karl von den Steinen e Max Schmidt), além de uma série de resenhas e notícias que procuravam informar sobre a condução dos diversos projetos científicos que eram desenvolvidos na América do Sul. A revista teve uma triagem inicial de 4000 exemplares e a quantidade de colaboradores aumentou a cada número editado. Em 1910 a *Globus* foi unida com as revistas *Das Ausland* (1891), que desde 1890 tinha Karl von den Steinen como editor, e também com a *Aus Allen Weltteilen*. Cf. WELPER, Elena. Etnografia e ficção nos relatos de viagens para a América do Sul publicados na revista *Globus* (1862- 1910)... *Op. cit.*, p. 191-192.

No texto sobre os Cayuás, por exemplo, Koenigswald agradecia a Franz Heiler de Hannover, que “teve a bondade de colocar à minha disposição, além de interessantes apontamentos, as fotos que ele tirou em 1872 no baixo Tibagi”.¹⁶ Mais adiante, ele abria mão das referências a Heiler para acrescentar as suas próprias observações sobre os enterramentos dos Guarani:

eu mesmo me encontrei com muitas tribos guarani que enterravam seus mortos tanto debaixo como dentro de uma igaçaba fechada com uma tampa, numa sepultura pouco profunda, somente com o fim de proteger o cadáver da escavação dos animais selvagens, como os diversos tatus e animais predadores.¹⁷

Já em seu texto sobre os Botocudos, Koenigswald dizia basear-se em “estudo de longos anos” e também em observações próprias feitas principalmente por ocasião de sua última viagem para a região sul do país entre 1903 e 1904. Com densas descrições dos hábitos e do cotidiano desses indígenas, o texto propunha a tese - já há muito descartada pela antropologia - de que os Botocudos descenderiam dos Carijó (macro tupi) e era ilustrado por duas imagens: a pintura de um menino botocudo - feita pelo artista alemão Aurélio Zimmermann (1854-1920) - e um quadro de objetos etnográficos - que segundo o autor foram enviados ao Lindem Museu de Stuttgart.¹⁸

Em *Os Coroados do Sul do Brasil*, por sua vez, Koenigswald mencionava que o seu estudo desses indígenas havia se baseado em “experiências próprias”, feitas “ao longo de muitos anos no Brasil do Sul e Central, em frequentes

16 KOENIGSWALD, Gustav von. *Die Cayuás*. **Globus**, v. 93, n. 24, p. 376, 1908.

17 *Ibidem*, p. 381.

18 KOENIGSWALD, Gustav von. *Die Botokuden in Südbrasilien*. **Globus**, v. 93, n. 3, p. 41, 1908.

encontros com os Coroados”, completadas durante a sua última viagem pelo Paraná entre 1903 e 1904, “principalmente, através das informações orais do Coronel Telemaco Borba em Tibagy”.¹⁹ Nesse mesmo artigo, o autor creditava algumas de suas anotações ao já referido Franz Heiler e indicava que uma das ilustrações que acompanhava o texto - uma cena cotidiana dos Coroado - havia sido feita pelo pintor alemão Willy Reichardt.

Finalmente, na última de suas contribuições para a *Globus*, isto é, no texto sobre os índios Carajá, Koenigswald mencionava mais uma vez ter tido contato direto com essas tribos, ilustrando os objetos etnográficos obtidos junto aos nativos e apresentando uma série de imagens cedidas pelo fotógrafo José Hofbauer.²⁰

Esse texto sobre os Carajá parece ter sido a última publicação de Koenigswald a respeito dos indígenas brasileiros, tendo muito provavelmente sido também a sua última publicação em vida, já que não há quaisquer registros de obras posteriores escritas pelo autor alemão.

Mesmo que pouco extensa e limitada pelas balizas etnocêntricas de sua época, a obra de Koenigswald permanece como um importante marco no estudo das populações indígenas brasileiras que, já no final do XIX e no início do século XX, encontrava-se reduzida e ameaçada pelos avanços do “mundo civilizado”. É por esse motivo que, recuperar os escritos desse autor significa trazer à tona a importância da

19 KOENIGSWALD, Gustav von. *Die Corôados im südlichen Brasilien. Globus*, v. 94, n. 1-2, p. 27, 1908.

20 A propósito de José Hofbauer sabemos que ele teria empreendido três expedições ao Araguaia entre os anos de 1905 e 1906 para investigar a exploração da seringa naquela região e que o Museu Paulista possui uma coleção Carajá coletada por ele e adquirida em 1912. Cf. WELPER, Elena. Etnografia e ficção nos relatos de viagens para a América do Sul publicados na revista *Globus* (1862- 1910)... *Op. cit.*, p. 200.

história dos povos tradicionais brasileiros, contribuindo para a preservação de seu legado cultural e para a luta por seus direitos também no século XXI.

Referências:

CHAMORRO, Graciela; ROTH, H. L. Os Cayuá, com seis ilustrações. **Tellus**, v. 12, p. 217, 2012.

KOENIGSWALD, G. **Die indianischen Muschelberge in Südbrasilien**. [s. l.]: [s. n.], 1905.

KOENIGSWALD, Gustav von. *Die Cayuás*. **Globus**, v. 93, n. 24, p. 376-381, 1908.

KOENIGSWALD, Gustav von. *Die Botokuden in Südbrasilien*. **Globus**, v. 93, n. 3, p. 37-49, 1908.

KOENIGSWALD, Gustav von. *Die Corôados im südlichen Brasilien*. **Globus**, v. 94, n. 1-2, p. 27-32; 45-49, 1908.

KOENIGSWALD, Gustav von. **São Paulo**. São Paulo: Ed. do autor, 1894.

KOENIGSWALD, Gustav von. **São Paulo**. São Paulo: Ed. do autor, 1895.

KOENIGSWALD, Gustav von. **Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ed. do autor, 1898.

LIMA, Tânia Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **Revista USP**, n. 44, 2000.

WANGERIN, A. **Leopoldina: Amtliches Organ der Kaiserlichen Leopoldinisch-Carolinischen Deutschen Akademie der Naturforscher**. Von Ehrhardt Karran, hft. 48, Halle, 1912.

WELPER, Elena. Etnografia e ficção nos relatos de viagens para a América do Sul publicados na revista *Globus* (1862- 1910). **Indiana**, v. 35, 2018.

De Gustav von Koenigswald. *Karlsruhe i.B.*
Com duas ilustrações.

OS BOTOCUDOS DO SUL DO BRASIL¹

1908

¹ Traduzido por Marcelo Durão Rodrigues da Cunha.

Sob a denominação de “Botocudos” os brasileiros classificam distintas tribos indígenas que não possuem parentesco e que vivem bastante distantes umas das outras. Ela significa muito mais um nome pejorativo, que os colonizadores portugueses atribuíram aos guerreiros Aymorés estabelecidos ao longo do Rio Doce e do Jequitinhonha, e que atacavam com muita violência seus primeiros assentamentos no sul da Bahia, especialmente os de Porto Seguro (fundado em 1503), Ilhéos (1535), além das colônias fundadas posteriormente no Rio Mucury e no Rio São Matheus. Os brancos permaneciam em conflito constante com esses ferozes selvagens que devido aos enormes discos de madeira (discos redondos de *bombax* leve, com o diâmetro de aproximadamente 10 a 12 cm) inseridos de modo a deformar seus lábios inferiores e suas orelhas, seriam denominados desdenhosamente de Botocudos², apelido que se estenderia para outras tribos inimigas que utilizavam enfeites faciais semelhantes. Diversas dessas assim denominadas tribos Botocudo, como os Puris nos Estados do Rio de Janeiro e em São Paulo (na área do Parahyba), foram completamente dizimadas ou absorvidas pela população local; há muitos anos os Aymorés estabeleceram do mesmo modo a paz com seus vizinhos brancos, permanecendo em um único local de forma sedentária, de modo que apenas no sul do Brasil, próximo à fronteira entre Paraná e Santa Catarina em uma região de densa floresta ainda é possível encontrar Botocudos que se fecham em relação à civilização, defendendo seu território com extrema dureza, estando em constante guerra com os brancos, tidos por eles como inimigos mortais. As terras dominadas por esses selvagens possuem uma extensão de mais de mil quilômetros quadrados; eles possuem o meio do Iguassú e o fluxo esquerdo do Rio Negro como uma fronteira natural,

2 Botocudos = rolha ou estaca, de botoque = rolha ou buraco feito por uma rolha Globus XCIII, Nr. 3.

ou até mesmo uma nem sempre respeitada fronteira ao norte que se estende da Serra do Mar (leste) ao Rio Timbó (oeste) em direção às profundas e altas matas de Santa Catharina. Entretanto essas fronteiras têm se tornado cada vez mais estreitas, pois por todos os lados já há colônias estabelecidas, com a construção de muitos assentamentos nas terras dos Botocudos. A lei dos brancos, que tomam as terras dos índios sem escrúpulos, o fazendo muitas vezes com violência, não é melhor que a dos selvagens que frequentemente roubam às escondidas as lavouras e os rebanhos dos colonos.

Não fosse pelas armas de fogo dos brancos, cuja superioridade é frequentemente sentida para a desvantagem dos índios, as derrotas dos Botocudos contra os seus vizinhos intrusos seriam muito menos frequentes. Os selvagens sabem do medo que impõem aos que habitam as proximidades do seu território, sendo extremamente cautelosos, levando muitas vezes alguns anos até aparecerem nas imediações. Mas uma vez adotado um plano de ataque, então eles observam a casa ou o local das vítimas por dias ou mesmo por semanas para saber com precisão os hábitos e o número de pessoas, de modo a poder surpreendê-los em uma primeira oportunidade. Eles escolhem quase sempre as primeiras horas do dia, e em alguns casos altas horas da noite, para invadir as casas na penumbra e atacar as vítimas em seu sono com porretes (Fig. 2J) ou com lanças (Fig. 2K). Aqueles que são pegos pelos selvagens são assassinados, sendo muito raro que eles poupem a vida de mulheres jovens e de crianças, os arrastando e os sequestrando para a floresta. Eles realizam poucos saques, roubam apenas facas, tesouras, serras e outros itens de ferro que possam ser por eles aproveitados na fabricação de lanças e flechas, sendo levados por eles em cestos e em sacos. Antes de deixarem a cena de suas atrocidades, entretanto, tudo é por eles minuciosamente destruído e em muitos casos deixado a arder em chamas.

A alegria da vitória não torna os Botocudos cegos, já que eles sabem que suas ações serão rapidamente conhecidas pelas populações vizinhas, de modo que eles fogem imediatamente para a densa floresta, se estabelecendo em uma área completamente diferente. As buscas por pistas e a localização precisa do inimigo é inútil, sendo necessário que os colonos ultrajados precisem quase sempre esperar por uma outra oportunidade para a sua vingança.

Ataques em campos abertos e nas estradas também são bastante frequentes. Nestes casos os índios tentam atingir suas vítimas com flechas, que são disparadas a partir de longas distâncias em um esconderijo seguro. As flechas mais rígidas possuem ou uma ponta afiada de dois gumes de ferro (Fig. 2C-E), ou uma comprida ponta farpada feita de um tipo mais duro de madeira (Fig. 2B) que pode causar ferimentos terríveis. O comprimento das flechas é proporcional a um enorme arco, cuja dimensão é difícil de ser encontrada em outras tribos. Por isso os Botocudos precisam ser homens extremamente fortes, já que são capazes de acertar uma mula selada a uma distância de 25 a 30 m, sem falar nas próprias pessoas. Em Rio dos Patos, em Iguassú, um colono me mostrou uma flecha presa a uma cerca de pinheiro, atrás da qual eles haviam buscado proteção contra os Botocudos. A flecha gigante ainda se encontrava na madeira e sua afiada ponta de ferro havia penetrado por várias polegadas em seu interior, quase chegando a atingir o seu alvo real.

Devido à força colossal demandada no manuseio do arco e flechas pelos Botocudos, é fácil compreender que eles apenas podem atingir com precisão alvos que estejam parados. Isso é amplamente conhecido, e por isso os caçadores ou os grandes grupos de comerciantes que viajam com animais de carga pelo território dos índios permanecem em constante movimento assim que percebem estarem sendo perseguidos

pelos Botocudos. Os selvagens costumam, sob o esconderijo da densa vegetação, seguir por muitas milhas os grupos fortemente armados que passam pela estrada no interior da floresta. Eles não os enfrentam em um ataque direto já que, como dito, os índios temem bastante os revólveres e outras armas de fogo, por isso eles tentam os distrair com a imitação do som de animais ou com batidas nas árvores para logo em seguida atacar com suas flechas mortais os viajantes parados. Algumas simples cruces de madeira podem ser encontradas nos locais onde os brancos foram mortos desta forma.

Como os Botocudos permanecem apenas em seu próprio território, os brancos muitas vezes organizam grandes expedições de vingança, as assim chamadas “caçadas aos bugres”. Bugre é um termo que se refere aos índios que permanecem selvagens, ao contrário dos assim chamados caboclos ou mansos domesticados. Existem pessoas entre os colonos que, nascidos e criados no campo e conhecendo bem os hábitos dos Botocudos, se tornam bugreiros (caçadores de índios), fazendo do extermínio dos Botocudos uma forma de ganhar a vida. Na maioria das vezes são pessoas que perderam parentes nas mãos dos selvagens e que fazem de tudo para vingar a morte dos entes queridos. Em Porto União da Victoria, uma próspera cidadezinha do Iguassú não muito distante da fronteira com os Botocudos, conheci há três anos em minha última viagem Thomas Padilla, o mais famoso dos bugreiros, com quem pude aprender alguns interessantes elementos da vida e do combate contra os Botocudos. Thomas é um homem gigantesco que possui uma grande barba preta e um cabelo escuro a emoldurar o seu rosto enquanto fala, sempre com muita coragem e determinação. Ele possui aproximadamente trinta anos e à época que o conheci já havia participado com sucesso de duas expedições, estando se preparando para mais uma àquele período. Ele busca recrutar com antecedência os

participantes, reunindo especialmente colonos parentes de pessoas assassinadas ou feridas pelos Botocudos, enquanto que aqueles que não participam, como é o caso de famílias que não possuem pessoas aptas para o combate, auxiliam a expedição com dinheiro, alimentos e armas. Neste ínterim, tive a notícia de que Padilla obteve relativo sucesso em sua expedição de 1907, mas não fui capaz de obter maiores detalhes sobre o evento.

O bugreiro vive sempre na insegurança, ele anseia constantemente a chegada dos odiados selvagens para poder finalmente combatê-los. Mas por meses, ou muitas vezes por anos os Botocudos nômades permanecem em locais inacessíveis, até que de repente apareçam para saquear as plantações e pastagens dos colonos, atraindo novamente a atenção da sociedade para o perigo que representam. Em seguida, o bugreiro é convocado para seguir as pistas dos selvagens, para estimar sua quantidade aproximada e procurar o seu rastro subindo em montanhas ou em árvores altas a fim de observar no entorno, especialmente em dias de pouco vento, a existência de fumaça sobre as árvores que possam revelar eventuais acampamentos ocultos. É preciso olhos de falcão para reconhecer à distância a quase imperceptível fumaça, do mesmo modo que é necessária uma grande coragem para explorar a floresta desconhecida. O explorador evita caminhos ou estradas, de modo a não atrair ou mergulhar em armadilhas perigosas, tendo muitas vezes que rastejar no chão para não fazer ruídos muito altos na densa vegetação. Caso ele finalmente encontre, talvez após dias, o acampamento, então ele toma imediatamente o caminho de volta. Estando tudo pronto, então os partícipes da guerra, entre 8 a 10 homens, separam os provimentos e seguem, a partir da liderança do bugreiro, para a perigosa “caçada”. Eles seguem equipados com armas de fogo, mas o seu principal e mais prático instrumento

de combate é o afiado facão, uma longa faca de floresta por eles manuseada com bastante habilidade. Os mais corajosos seguem à frente com o maior cuidado possível, já que não é fácil enganar os astutos índios. Demanda-lhes muito esforço esgueirar-se à beira do acampamento de onde é possível ver uma grande oca central ao centro, por isso é preciso manter a calma e o silêncio absoluto. Uma palavra dita mais alta, um tossido ou um espirro chamariam imediatamente a atenção dos Botocudos, colocando a perder o sucesso da expedição. Por isso os caçadores esperam até a noite para que nas primeiras horas da madrugada penetrem na grande cabana fracamente iluminada por uma fogueira, onde eles podem surpreender com um ataque toda a tribo a dormir inocentemente. Com o facão em punho, os raivosos brancos se deslocam entre os índios deitados para em uma primeira investida apunhalar a maior quantidade possível de pessoas, sejam homens, mulheres ou crianças. Em poucos minutos o chão fica coberto de cadáveres, e mesmo antes dos selvagens poderem se reunir para pensar em uma reação, os brancos tomam a distância adequada para poder atirar nas vítimas remanescentes.

Mas esses ataques nem sempre são bem sucedidos. Muitos caçadores são nocauteados pelo porrete dos selvagens, ou mesmo já no caminho de volta, caem nas covas de estacas cuidadosamente escondidas. Na tentativa de libertar os desafortunados desta terrível situação, as pessoas se expõem ao perigo de serem atingidas pelas flechas dos Bugres escondidos na mata, o que acaba por gerar ainda mais vítimas. Os ferimentos costumam ser tão intensos que as vítimas das estacas ou das flechas raramente sobrevivem, ou logo morrem vítimas das doenças derivadas desses traumas.

As profundas covas preenchidas por estacas em seu fundo, bem como as pequenas feitas com pontiagudos pedaços de taquara são armadilhas que não podem ser subestimadas e

que servem para garantir alguma segurança nos acessos e nas saídas do acampamento dos Botocudos. Portanto os brancos sabem que a perseguição aos selvagens pela floresta significa ter que escapar dessas armadilhas desconhecidas, apesar delas sempre acabarem por fazer alguma vítima. É impressionante como os membros da tribo são capazes de recordar dos locais dessas arapucas, já que mesmo sem qualquer marcação eles pulam e desviam destas sem qualquer dificuldade.

Além da grande cova de estacas, que está sempre presente no meio do caminho, ainda há alguns profundos buracos cavados na terra que tornam o caminho ainda mais perigoso. Essas armadilhas são feitas geralmente em locais que permitem aos Botocudos disparar suas flechas a partir de uma distância segura dos alvos presos em suas emboscadas.

Sobre a vida e os costumes dos Botocudos pouco é conhecido. Eles são um povo bastante inacessível, que odeiam e rivalizam não apenas com os brancos, como também com os seus vizinhos e inimigos mortais, os Coroados. Esses sanguinolentos conflitos já se tornaram tradicionais; eles perduram por séculos e apenas terminarão com a morte do último dos bravos guerreiros botocudo. Uma rendição não se mostra possível, nem mesmo uma aproximação ou uma anexação pelos brancos, como já tentado em mais de uma ocasião por missionários (como Joaquim Francisco Lopes em 1868 e em 1877) e por outras organizações filantrópicas, e rejeitado com orgulho ou talvez com desconfiança pelos Bugres em todos os casos. Os crimes perpetrados pelos conquistadores brancos contra seus antepassados e membros de sua tribo foram fortes demais para terem sido por eles esquecidos. Ademais, os colonos, com seus ataques diários contribuem para frequentemente reacender essa sede por vingança. De forma louvável os governos estaduais brasileiros proibiram as caças aos índios, contudo eles próprios não atuam de forma direta nos casos e toleram a sua prática

de tempos em tempos. O derramamento de sangue leva ao derramamento de sangue e este parece ser o lema de ambos os lados, quando uma atrocidade parece levar à outra. Ora os brancos, ora os selvagens buscam um acerto de contas baseado em infundáveis retaliações mútuas.



Figura 1: Uma criança Botocudo.

A partir de modelo real, desenhado por A. Zimmermann, São Paulo. Este menino, com a idade aproximada de 9 anos, foi capturado em um ataque pelos colonos, mas escapou rapidamente, apesar de todo o carinho e os bons cuidados que lhe foram dados. Seu lábio inferior já demonstra a característica perfuração que é realizada entre os homens para a inserção do botoque.

O ódio aos caras-pálidas, que os Botocudos passam a nutrir desde os tempos de amamentação, está profundamente enraizado e é compartilhado pelas crianças que, caso capturadas (o que, todavia, raramente ocorre), mesmo com o mais amoroso dos tratamentos buscam sempre a fuga para poderem em uma primeira oportunidade retornar à floresta em busca de sua tribo. Além do amor aos pais, é um irrepreensível impulso à liberdade que os impele, como pássaros selvagens, a fugir. Até hoje não se conseguiu manter uma criança botocudo (Fig. 1) por muito tempo em cativeiro, já que os colonos temem bastante a possível vingança dos bugres, que buscarão de todas as formas libertar o pequeno selvagem. Um forte laço de amor e uma convivência íntima parecem unir não apenas os membros individuais de uma família, mas a tribo indígena como um todo. Mortos e feridos são, sempre que possível, mesmo sob forte perigo, resgatados, e as crianças capturadas (os adultos jamais se deixam capturar) tentam ser por eles incessantemente libertadas das mãos dos brancos. Espionando em um primeiro momento onde a criança se encontra, eles jamais perdem de vista o local do cativeiro, buscando uma aproximação nos primeiros dias e esgueirando-se através da penumbra para emitir sons de animais que chamarão a atenção do prisioneiro e o estimularão a fugir.

Acredita-se que a tribo que ainda possui mais de uma centena de membros, bem como algumas pequenas culturas em seu entorno estão estabelecidas em um local fixo de seu território e em partes montanhosas de difícil acesso e complementemente desconhecidas. A partir daí os indomáveis selvagens iniciam no começo das estações mais frutíferas do ano (o outono e o inverno), a busca pelas mais variadas frutas murtas, como a goiaba, dentre outras. Mais tarde eles seguem para as florestas de araucária, onde da imponente *Brasilanne*³

3 Trata-se da árvore Pinheiro (português) ou Curi (tupi) - *Araucaria*

retiram o fruto amadurecido que exerce uma atração especial não apenas entre os índios, como também no mundo animal. Javalis, macacos, veados, vários roedores, papagaios, perdizes e outros animais são atraídos pela deliciosa pinha, seguidos por onças, pumas e outros predadores que por sua vez tornam-se presas do grupo de humanos famintos.

Este é um momento de abundância para os selvagens que se entregam tanto à caça quanto à coleta da pinha. Eles conseguem escalar os troncos sem galhos de 20 a 10m com o auxílio de uma fita de couro, mas também utilizam flechas de ponta grossa (Fig. 2F) para a derrubada dos frutos. Dos grossos núcleos de sementes eles retiram seu estoque para o inverno, que resulta no preparo de uma saborosa e nutritiva refeição. Para conservar e aumentar a durabilidade das Pinhas, eles colocam-nas na água e as deixam secar no sol quente.

A caça é operada pelos Botocudos com muita habilidade e inclui uma ampla lista de presas. Como eles não usam bem a flecha em matas fechadas e em alvos que se movem rápido, eles preferem utilizar covas, armadilhas e ciladas. Na caça das antas, seu alimento favorito, os astutos selvagens seguram suas lanças em posição diagonal e se escondem alternadamente entre os arbustos, para não assustar o animal que em sua fuga pode escapar para a água.

Na caça às onças eles utilizam em todo o caso a lança (Fig. 2K), com a qual, em uma posição inclinada são capazes

brasilensis, Rich. - que nasce nas terras altas do sul do Brasil em imensas florestas (Pinhal ou Pinheral), de onde caem pinaceas emadeirados do tamanho de cabeças de crianças (Pinhão) do interior das quais é possível encontrar uma grossa semente (Pinha). Essas pinhas possuem um núcleo bastante carnudo, cujo gosto permanece entre a noz e a castanha, sendo também apreciadas pelos brancos. A madeira (Pinho) é usada de forma semelhante ao nosso abeto. A importância dessa árvore é perceptível nos inúmeros nomes que ela possui em diferentes localidades, tais quais Pinhal, Pinhaes, Pinheiro, Pinheiros, Pinheirinho, Pinhão, Pinhãozinho, Curi, Curityba, Araucaria e etc.

de abater o arisco felino em pleno salto. Aliás, esta forma de caça também é praticada pelos brasileiros de meio sangue (caboclos). Assim eu conheci no interior do Paraná um antigo caçador de jaguares, que já havia abatido 17 onças dessa forma, mas que não teve sorte com a última delas, quando as garras do animal mutilaram um de seus braços. Ao longo da vida eu já me deparei com muitas onças, já tendo inclusive atirado em algumas delas, mas o encontro com esse poderoso predador sempre causa aflição, e por isso admiro a calma e a ousadia dessas pessoas que os enfrentam apenas com uma arma primitiva em mãos. De todo modo, não leva muito tempo para que a onça golpeada (ao contrário do puma, que mesmo ferido, resiste) se dobre de forma desconfiada à frente da pessoa. Os javalis, que atravessam a selva em grandes bandos, são cercados e abatidos com flechas, assim como outros animais capturados nas covas, nas armadilhas ou com o arremesso de esferas na cabeça. Para matar as aves, os selvagens utilizam flechas de ponta grossa (Fig. 2G), com as quais eles conseguem atingir as copas das mais altas árvores.

Os Botocudos raramente deixam a selva e apenas o fazem para empreender roubos ou ataques contra os colonos. Eles apreciam especialmente o milho e o comem com a carne do gado que conseguem capturar com armadilhas nos caminhos para a pastagem ou quando em casos emergenciais os caçam em campos abertos utilizando cordas (laços) ou com o jogar de esferas de caça (bolas). Vale ressaltar que esses selvagens, como a maioria dos índios apreciam a carne de cavalos, burros e mulas como iguarias, ao passo que da carne bovina eles preferem apenas a gordura, a comendo apenas em caso de muita fome.

Os bugres são capazes de manter boas relações e de estabelecer a diferença entre os colonos que respeitam o seu território e que os permitem realizar seus roubos eventuais de

forma tranquila. Encontrei vários colonos que nunca tiveram problemas com os selvagens e que se sentem bastante seguros com sua presença na região.

As pessoas estão acostumadas a ver os Botocudos como monstros horrendos. Estender essa ideia aos bugres do Paraná seria tão errôneo quanto o rótulo genérico de Botocudos que lhes é conferido. Apenas os homens possuem uma perfuração nos lábios interiores onde levam um delicado pino de adereço (*tembetá*) como forma de demonstrar sua dignidade, evitando qualquer outro enfeite, muito para a vantagem de suas nada simpáticas feições, que permanecem do mesmo modo livres de quaisquer pelos faciais. Sabe-se que esses selvagens possuem alta estatura e um corpo bem formado, que desafia todas as intempéries com um tipo paradisíaco de nudez. Mesmo nos invernos mais severos, quando a temperatura atinge níveis congelantes eles permanecem sem qualquer tipo de vestimenta.

Como um povo nômade caçador, os Botocudos vivem em uma simplicidade sem igual que é perceptível mesmo em suas armas, reveladoras do espírito guerreiro da tribo. Os acessórios são sempre bem trabalhados, mas percebe-se que eles são feitos com um propósito bastante pragmático, não existindo quaisquer adereços em seu fabrico.

Os poderosos e rígidos arcos (Fig. 2A), com cerca de 2-1/2 m de altura, são fabricados a partir de uma madeira vermelha extremamente dura, de um tipo de bignonia conhecida como *pao d'arco*, com uma curvatura muito pouco acentuada e uma corda esticada feita a partir de fibras de vegetais. O arco de madeira é melhor para o manuseio pelo fato de ser revestido até a metade com *baumbast* (embira), onde uma parte de aproximadamente 5 cm permanece livre para o lançamento da flecha.

Medindo entre 1,6 a 1,8 m as flechas são fabricadas a partir de resistentes pedaços de taquara feitos para suportar distintas pontas para diferentes usos. As flechas de guerra (Fig. 2B) são feitas quase sempre do ferro roubado e trabalhado de diversas formas a partir de dois gumes (Fig. 2C a E), cuidadosamente inseridos em uma haste tubular de cerca de 50cm de comprimento e feita a partir de madeira firme a fim de garantir a estabilidade necessária. Além das pontas de ferro os bugres utilizam também as tradicionais pontas de madeira farpada (Fig. 2B), que tornam as suas flechas extremamente longas. Eu possuo várias dessas flechas de guerra e de caça, cujas pontas feitas a partir do duro *pao d'arco* possuem o comprimento de 60 cm e de 30 a 42 cm na parte farpada. Para a caça de pássaros e de pequenos animais são utilizadas flechas com grossas pontas cônicas (Fig. 2G) e peça semelhante é usada para o corte dos Pinhões (Fig. 2F). Característico das flechas dos Botocudos é o seu emplumamento, que geralmente é feito com duas longas penas de cauda com cerca de 20 cm, que raramente provém das asas das aves e ficam amarrados em rígidos fios de fibra. Flechas envenenadas não são conhecidas pelos Botocudos, assim como pontas de flecha de sílex, quartzo ou cristal e machados de pedra não são mais por eles utilizados. O contato com os brancos os trouxe o ferro, os tirando, portanto, da idade da pedra.

Outras armas bastante perigosas são uma ponta de ferro com um único gume afiado e preso a uma lança de madeira bastante resistente (Fig. 2K), além dos pesados porretes de cerca de um metro (Fig. 2J). É muito comum que os selvagens utilizem esse porrete para desferir um último golpe sobre o corpo de suas vítimas, tanto para delas zombar, quanto para marcar a sua passagem por ali.

Esferas de arremesso (bolas) são conhecidas por muitos índios do campo, possuindo três ou mesmo apenas uma esfera,

sendo uma bastante distinta, a de duas esferas (Fig. 2H), a mais utilizada pelos Botocudos. As duas esferas revestidas por couro cru são ligadas por uma corda de duas extremidades de pele crua torcida com aproximadamente 2m de comprimento. Essas esferas de arremesso são lançadas pelos selvagens com uma das orbes em suas mãos e a outra sendo girada na altura de suas cabeças, para logo em seguida serem arremessadas de modo a atingir o alvo com precisão. Normalmente o alvo principal são as pernas dos animais que quando atingidas são fortemente envolvidas pela corda, levando à sua queda imediata. Também na luta contra os homens as bolas são muito temidas, sendo praticamente impossível fugir de seu enlace.

A cerâmica e a tecelagem dos Botocudos parecem estar em um nível bem rudimentar. Eles fabricam grossas louças de barro e utilizam fios de várias fibras vegetais para a fixação das penas nas flechas, para a fabricação das cordas dos arcos, para a feitura de cestos trançados e etc. Quanto à tecelagem, eles possuem esteiras de palha e especialmente cestos feitos de talos de taquara, que podem ser utilizados das mais distintas formas. Todos esses utensílios são bem práticos, mas feitos sem qualquer preocupação artística, algo bastante em sintonia com as características de povos nômades.

Sabe-se que os Botocudos não possuem canoas, o que leva muitos a interpretar tal característica como um sinônimo de atraso. Em minha opinião isso diz mais respeito a uma tática dos selvagens, que preferem não se expor ao risco de terem suas canoas roubadas e utilizadas por seus inimigos para perseguições contra eles próprios. Além disso, eles são excelentes nadadores capazes de cruzar grandes rios com extrema facilidade. No caso da necessidade de transporte de cargas e de crianças pequenas, os bugres utilizam pequenas e firmes balsas, feitas a partir de três talos de taquara que

eles usam para montar. Essas balsas de emergência são rapidamente construídas e destruídas do mesmo modo logo após a travessia. Assim, eles não dependem de pontos de travessia específicos, onde as canoas poderiam ser facilmente utilizadas contra eles. Os selvagens sempre evitam qualquer coisa que possa chamar a atenção de seus inimigos. Eles se preocupam até mesmo com as suas pegadas, de modo que quando se encontram em terrenos macios buscam caminhar apenas com a parte exterior da sola dos pés com o intuito de deixar suas marcas o menos reconhecível possível. Assim, com a velocidade e a destreza com as quais eles percorrem a floresta, uma perseguição torna-se quase impossível.

Os Botocudos constroem grandes cabanas cobertas de palha, no interior das quais toda a tribo, ou ao menos uma grande quantidade de famílias se alojam. A depender do número de moradores esse tipo de habitação familiar pode geralmente ser bastante grande. No corredor, que divide a cabana em dois lados, uma fogueira é acesa durante a noite, quando os índios se deitam com os pés virados para o centro e com as cabeças em direção às paredes externas.

Mas quem são esses Botocudos? A pergunta a respeito da relação dessa tribo com outros grupos conhecidos ainda não foi explorada. As pessoas estão tão acostumadas a ouvir falar de seus ataques que os brancos costumam responder a essa questão com ignorância. Em geral eles são associados aos Tapuyás⁴, que até o momento não foram melhor classificados entre as grandes famílias indígenas. Após meus longos anos de estudo, contudo, acabei por chegar a uma conclusão completamente oposta. Esses assim denominados Botocudos constituem sem dúvidas o último vestígio dos Carijós, uma poderosa tribo indígena, que à época do descobrimento da

⁴ Tapuyás, literalmente inimigos, era uma tribo de índios sedentários da parte interior e inimiga dos Tupis que viviam na costa.

América dominava a costa brasileira entre o Cananéa e Sta. Catharina e cujo vasto território (significativamente maior que o Império Alemão) se estendia até o Rio Paraguai.

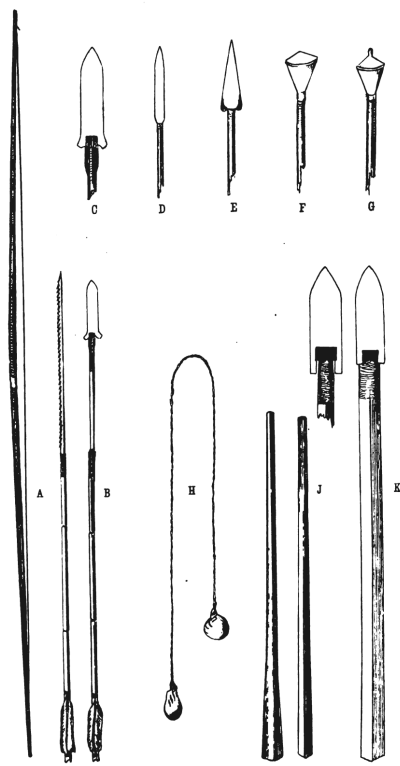


Figura 2: As armas dos Botocudos

A) Arco. B) Flecha de guerra, a antiga ponta farpada de madeira à esquerda; à direita a ponta de ferro com a sua haste de madeira. C, D, E) distintas pontas de flecha feitas de ferro. F) Ponta cônica e grossa de madeira para a retirada da pinha. G) Ponta de madeira semelhante, para a caça de pássaros e de pequenos animais. H) Esfera de arremesso (a esfera mais longa da esquerda é a que permanece na mão). J) Pesados porretes de madeira, que geralmente são arredondados (esquerda) e raramente quadrangulares (direita). K) Lança quadrangular com grande ponta de ferro. (Exemplares originais se encontram na coleção etnográfica do autor)

Enquanto nos primeiros séculos de sua ocupação do Brasil os portugueses visaram em especial a colonização da costa central, negligenciando desta forma amplo território da parte sul, em sua busca pelo ouro e por pedras preciosas já em 1535, com a pesada força de guerra de Pedro Mendoza os espanhóis chegaram ao Rio Paraná e ao Rio Paraguai, encontrando na margem superior do rio, na atual República do Paraguai, grandes aldeias de Carijós espalhadas por todo o território. Já em 1537 a populosa cidade Carijó de Lampere foi conquistada pelos espanhóis, que ali estabeleceram de maneira firme a cidade de Assunção, a atual capital.

Um soldado alemão, Ulrich Schmidel, que acompanhou desde o início essas investidas dos espanhóis, tendo passado 18 anos com os Carijós, tanto como aliado, quanto como inimigo, nos fornece em suas descrições⁵, uma melhor explanação a respeito desses índios. Ele esclarece que os espanhóis se aproximavam de diversas tribos, subjugando muitas de suas terras, tendo os Carijós sido aqueles que apresentaram a maior resistência. Ele menciona muitas localidades, como as de Lampere, Froemidiere, Caraieba, Jubericsabaie, Wibingo dentre outras, que combateram bastante antes da derrota dos Carijós e do derradeiro estabelecimento da paz com os brancos em 1546.

Os espanhóis fundaram distintos assentamentos, como os de Guaira (1557), Villa Rica de Espírito Santo (1576) e Santa Maria, na outra extensão do território Carijó, onde a partir de 1608 estabeleceu-se uma área de missões jesuíticas. A antiga província jesuíta de Guaira é hoje parte de uma grande porção leste do Estado brasileiro do Paraná. Os distintos assentamentos e suas versões menores, refundadas como Santo

⁵ Histórias reais de uma viagem a barco maravilhosa, que Ulrich Schmidel de Straubing relatou entre anos de 1534 e 1554 na Americam ou no Novo Mundo entre Brasilia e o Rio da Prata. Franckfurt a.M. 1612. Editio Tertia.

Ignacio Menor, São Francisco Xavier, Iglesia, Copacabana, Caticó, logo se tornaram uma grande população de índios cristãos, que especialmente após a invasão dos mamelucos⁶ (1618) e da fuga dos Carijós cresceu para mais de 100.000. Os paulistas viam esses vizinhos com suspeita e passaram a odiar as cidades jesuítas, contra as quais eles decretaram guerra, as aniquilando completamente entre os anos de 1630 a 1632. Nessa ocasião mais de 60.000 índios foram feitos prisioneiros, sendo levados para São Paulo e para o Rio de Janeiro, onde seriam posteriormente vendidos como escravos; uma pequena parte deles logrou escapar, ao passo que os jesuítas, com a redução às 13 províncias de Guaira, com pouco mais de 15 000 membros tiveram que rumar ao sul para os atuais *Misiones* e para o Paraguai.

As tribos indígenas liquidadas pelos espanhóis, em sua maioria Carijós, além de várias outras tribos a eles associados, perderam muito rápido suas antigas tradições e costumes. Especialmente os jesuítas foram responsáveis por organizar as antigas tribos guerreiras sob a denominação única de Guaranies (Guerreiros), os educando para tornarem-se agricultores e artesãos, além de obrigá-los a aprender uma única língua, a Língua Geral⁷, para unificá-los como um povo singular. A fim de evitar o máximo possível os levantes e revoltas indígenas, o uso de armas foi quase completamente restringido, algo que explica em grande medida a fácil vitória dos paulistas sobre os

6 Em S. Paulo a mescla entre os portugueses e as mulheres indígenas, ficou conhecida especialmente como mamelucos.

7 Os jesuítas melhoraram a língua dos Guaranies, substituindo os fortes sons nazais e guturais por consoantes (f, j, l, n, v, z) outrora não existentes na língua indígena. Eles também aumentaram a gramática com a introdução de declinações e de verbos auxiliares, além de buscarem novas expressões para nomes e números (os guaranies contavam apenas até 5) que antes não existiam. A língua remodelada e com regras fixas se popularizou nas línguas falada e escrita, encontrando na Língua Geral uma maior difusão no Paraguai, no Brasil e no norte da Argentina.

pacíficos habitantes das reduções. Apenas mais tarde, em 1640, os Guaranies sob as misiones receberam maior treinamento militar, equipando-se com armas de fogo e sendo capazes de oferecer maior resistência.

Os autores antigos, assim como os próprios jesuítas, ao descreverem as missões em diversos escritos, sempre se referem aos índios por eles catequizados como Guaranies, sem tratarem de forma mais específica sobre as características etnológicas das diversas tribos da região. É preciso, portanto, que retornemos a Ulrich Schmidel, que em seu já mencionado livro realiza interessantes observações a respeito da vida dos Carijós, que se comparadas aos Botocudos, nos levam a inferir que, mesmo que outros motivos o desmintam, os Botocudos são remanescentes de alguns Carijós selvagens, que se mantiveram puros e preservaram seus antigos costumes até os dias atuais.

Schmidel relata:

Esses Carios possuem uma terra grande e ampla, com mais ou menos 300 milhas de extensão... Os homens possuem um pequeno buraco nos lábios, nos quais eles levam um cristal amarelo, chamado em sua língua de Parabol, com dois palmos de comprimento e da espessura de uma pena. Esse povo, homens e mulheres, velhos e jovens vivem nus, como Deus os colocou no mundo... Esse povo, os Carios viajam mais do que qualquer outro povo na região do Rio da Prata, são excelentes guerreiros na terra, e suas vilas ou aldeias se situam em partes montanhosas acima do rio Parabol.⁸

A respeito das armas, ele continua, “arcos e flechas e armamentos”, além de “bastões” (porretes).⁹

⁸ Parabol é o atual rio Paragay. SCHMIDEL, Ulrich. **Wahrhaftige Historien einer wunderbaren Schiffart**. Frühe Reisen und Seefahrten in Originalberichten, I, Graz: s.n. 1602, p. 28.

⁹ SCHMIDEL, Ulrich. **Wahrhaftige Historien einer wunderbaren**

Um dos métodos de defesa dos Carijós que chamou sua atenção foi o uso das covas, que ele não encontrou em outras tribos. A respeito disso ele dizia:

eles também possuem armadilhas. E a uma distância de 15 pés da entrada da cidade eles cavam covas da altura de três homens, onde no fundo eles fincam duras estacas cujas pontas são afiadas como agulhas; e eles cobrem essas covas com palhas e cascalho, espalhando um pouco de terra e grama no meio, para que quando os cristãos os persigam, ou invadam sua cidade, caiamos ingenuamente nessas armadilhas.¹⁰

Para cada batalha diferente com os Carijós ele se refere às temidas covas,¹¹ além das armadilhas menos profundas: “eles também tinham covas no caminho, e em cada uma dessas covas, cinco ou seis pequenas estacas pontudas e afiadas como agulhas”.¹²

A respeito da crueldade dos Carijós, Schmidel diz: “Os Carios têm o costume de quando vencer uma guerra, matar a todos, sem qualquer misericórdia sobre o povo”.¹³

Essa descrição dos Carijós equivale àquela dos Botocudos atuais, levando-nos a perceber o quão imutável essa tribo permaneceu nos últimos quatro séculos.

Caso sustentemos a tese de que a assim chamada área dos Botocudos representa o último remanescente da terra dos Carijós, que além de dominada pelos espanhóis e pelos jesuítas teria a sua zona oeste (Guaira) despovoada entre 1630 e 1635 pelos caçadores de escravos paulistas e que permaneceu intocada durante o processo de construção

Schiffart... *Op. cit.*, p. 29.

10 *Ibidem*, p. 29.

11 *Ibidem*, p. 48, 67; 68.

12 *Ibidem*, p. 67.

13 *Ibidem*, p. 31.

de oeste a norte da civilização portuguesa no Paraná, então poderíamos muito bem provar que os bugres são os últimos Carijós selvagens entre nós que, com ódio e ressentimento em relação à hostilidade amarga dos conquistadores brancos, isolaram-se na selva de difícil acesso. De ano em ano o seu número diminui e a sua terra se torna menor, mas as tradições de seus ancestrais permanecem vivas, enquanto a maioria dos membros da antiga tribo submeteu-se à influência dos brancos, sendo incorporados à denominação de Guaranies e sendo associados à população civilizada do Brasil e do Paraguai. Um observador atento encontra ainda hoje entre os caboclos várias pessoas que carregam de forma inequívoca as características de seus ancestrais e em cujas veias corre sangue Carijó.

OS AUTORES

Brunna Terra é graduanda em História a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), membro do Laboratório de História das Interações Político-Intitucionais (HISPOLIS - UFES) e estagiária na Assembleia Legislativa do Estado do Estado do Espírito Santo. Dedicar-se ao estudo da comunidade Krenak no século XX.

Julio Bentivoglio é professor do Departamento de História na Universidade Federal do Espírito Santo, coordenador do LETHIS-UFES e desta coleção – *História dos Povos Indígenas no Espírito Santo* – e organizador da coletânea *O futuro da história* pela editora Milfontes.

Marcelo Durão Rodrigues da Cunha é doutor em História pela Universidade Federal do Espírito Santo, membro do LETHIS-UFES e professor do Instituto Federal de Ensino em Itapina-ES, autor de *A religião da história* pela editora Milfontes.

Rafael Cerqueira do Nascimento é doutor em História pelo PPGHIS-UFES e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes – Campus Guarapari e autor de *A narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santo* pela editora Milfontes.

Rogério Costa dos Reis é mestre em Gestão Integrada do Território pela Univale, Professor da rede pública de ensino do estado do Espírito Santo e na Faculdade Castelo Branco em Colatina-ES.

Rossana Britto é professora de História do Brasil na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e doutora em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do Laboratório de História das Interações Político-Intitucionais (HISPOLIS - UFES).

Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas Minion Pro.

Sua capa foi impressa em papel Supremo 250g/m² e seu miolo em papel pólen soft 80g/m² medindo 14 x 20 cm, com uma tiragem de 150 exemplares.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



EDITORA MILFONTES

A redefinição de lugares e a desconstrução de imagens cristalizadas sobre os índios na memória histórica são desafios que atravessam a escrita da história. A historiografia capixaba consolidou representações dos índios em função de certos paradigmas, estabelecendo diferentes relações desses povos com o passado. Por um lado, os grupos indígenas foram representados em função da superação do atraso. Nessa perspectiva, suas experiências foram interpretadas em uma narrativa do progresso, evidenciando uma classificação dicotômica que reduzia os índios ora a inimigos ora a aliados e os associavam ao atraso do Espírito Santo. Por outro lado, na produção historiográfica dos últimos anos resgata-se sua memória a partir do reconhecimento do passado indígena, em uma perspectiva crítica, desconstruindo imagens e estereótipos antigos e compreendendo os indígenas como sujeitos autônomos, em seu dinamismo social, histórico e cultural.

Rafael Cerqueira do Nascimento

Realização:



**Laboratório de
Teoria e História
da Historiografia**

Apoio:



ISBN: 978-85-94353-81-8

